



*Psicologia, no cotidiano, por uma
sociedade mais democrática e igualitária*

Caderno de Deliberações



***Caderno de Deliberações do IX Congresso
Regional da Psicologia de São Paulo***

***IX CONGRESSO REGIONAL
DA PSICOLOGIA DE SÃO PAULO:
Psicologia, no cotidiano, por uma
sociedade mais democrática e igualitária.***

São Paulo, 29 a 30 de abril e 01 de maio de 2016.

XIV PLENÁRIO – GESTÃO 2013 / 2016

DIRETORIA

Elisa Zaneratto Rosa
Presidenta

Adriana Eiko Matsumoto
Vice-Presidenta

José Agnaldo Gomes
Secretário

Guilherme Luz Fenerich
Tesoureiro

CONSELHEIRAS(OS) EFETIVAS(OS)

Aristeu Bertelli da Silva

Gabriela Gramkow

Graça Maria de Carvalho Camara

Ilana Mountain

Joari Aparecido Soares de Carvalho

Janaína Leslão Garcia

Joari Aparecido Soares de Carvalho

Luiz Eduardo Valliengo Berni

Luis Fernando de Oliveira Saraiva

Maria Ermínia Ciliberti

Marília Capponi

Moacyr Miniussi Bertolino Neto

CONSELHEIRAS(OS) SUPLENTE

Alacir Villa Valle Cruces

Bruno Simões Gonçalves

Camila Teodoro Godinho

Dario Henrique Teófilo Schezzi

Jonathas José Salathiel da Silva
(In Memoriam 14/08/2015)

Gustavo de Lima Bernardes Sales

Lívia Gonsalves Toledo

Maria das Graças Mazarin de Araújo

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso

Regiane Aparecida Piva

Sandra Elena Sposito

Sergio Augusto Garcia Junior

Silvio Yasui

COMISSÃO ORGANIZADORA REGIONAL

Adriana Eiko Matsumoto

Bruno Simões Gonçalves

Dario Henrique Teófilo Schezzi

Edgar Rodrigues

Luciana Stoppa dos Santos

Rita de Cássia Oliveira Assunção

Vinicius Cesca de Lima

**MEMBROS DA MESA DIRETORA DO IX CONGRESSO
REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

Aristeu Bertelli da Silva – *Presidente*

Clarice Pimentel Paulon – *Vice-presidenta*

Mayara Aparecida Bonora Freire – *Primeira-secretária*

Ivani Francisco de Oliveira – *Segunda-secretária*

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Daniela Aparecida Martins

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Paulo Mota

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
RESULTADOS DOS EVENTOS PREPARATÓRIOS E DOS PRÉ- CONGRESSOS PARA O IX COREP	13
EIXO 1: ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA DO SISTEMA CONSELHOS E APERFEIÇOAMENTO DAS ESTRATÉGIAS DE DIÁLOGO COM A CATEGORIA E SOCIEDADE.	
1.1 Referências Técnicas / CREPOP.....	15
1.2 Políticas Públicas.....	15
1.3 Comunicação.....	15
1.4 Ética, Orientação e Fiscalização.....	16
1.5 Democratização do Sistema Conselhos.....	16
1.6 Acessibilidade.....	17
1.7 História e Memória da Psicologia.....	17
1.8 Sistema Conselhos – Transparência.....	17
1.9 Justiça.....	17
1.10 BVS e BVS Ulapsi.....	17
1.11 Direitos Humanos.....	17
1.12 Trânsito.....	17
EIXO 2: CONTRIBUIÇÕES ÉTICAS, POLÍTICAS E TÉCNICAS AO PROCESSO DEMOCRÁTICO E DE GARANTIA DE DIREITOS.	
2.1 Relações Étnico-Raciais.....	19
2.2 Psicologia Organizacional e do Trabalho.....	19
2.3 Direitos Humanos.....	19
2.4 Justiça.....	19
2.5 Saúde / Saúde Mental.....	20
2.6 Álcool e Outras Drogas.....	20
2.7 Emergências e Desastres.....	20
2.8 Deficiência.....	21
2.9 Formação.....	21
2.10 Educação.....	21
2.11 Desigualdade e Democracia.....	22
2.12 Mundo do Trabalho.....	22
2.13 Laicidade e Religião.....	22
2.14 Criança e Adolescente.....	22
2.15 Medicalização.....	23
2.16 Políticas Públicas.....	23
2.17 Sexualidade e Gênero.....	24
EIXO 3: AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO ESTADO DE GARANTIA DE DIREITOS.	
3.1 Construção de Referências Técnicas.....	25
3.2 Mundo do Trabalho.....	26
3.3 Regulamentação.....	26
3.4 Orientação.....	26
3.5 Ampliação dos espaços de inserção e atuação profissional.....	29
3.6 Formação e Educação Permanente.....	30
MOÇÕES APROVADAS PELO PLENÁRIO DO VIII COREP DA 6ª REGIÃO	33
ANEXOS	
LISTA DE DELEGADAS(OS) ELEITAS(OS) NOS PRÉ- CONGRESSOS.....	39
LISTA DE DELEGADAS(OS) PRESENTES NO IX COREP DA 6ª REGIÃO.....	46
LISTA DE DELEGADAS(OS) POR GRUPOS.....	51
ENTIDADES CONVIDADAS PRESENTES.....	56
LISTA DE DELEGADAS(OS) E ESTUDANTE ELEITAS(OS) PARA O IX CNP.....	57

APRESENTAÇÃO



O IX Congresso Regional de Psicologia de São Paulo foi realizado em São Paulo de 29 e 30 de abril e 01 de maio de 2016, discutindo o tema Psicologia, no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária.

Teve como objetivos:

- a) Promover a organização e a mobilização das/os psicólogas/os do Estado de São Paulo, possibilitando a definição da contribuição do Sistema Conselhos para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão;
- b) Deliberar acerca das propostas referentes à estrutura temática do Congresso, apresentadas de acordo com o estabelecido no capítulo V do Regulamento;
- c) Deliberar sobre as propostas que definirão as diretrizes políticas de âmbito estadual e apreciar as propostas de âmbito nacional referentes ao tema do IX CNP, na gestão 2016 a 2019;
- d) Eleger delegadas/os ao IX Congresso Nacional da Psicologia;
- e) Deliberar sobre as moções apresentadas ao Congresso;
- f) Garantir o espaço de articulação para composição, inscrição e apresentação de chapas que concorrerão ao próximo mandato do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, gestão 2016 a 2019.

A mesa diretora foi composta por: Aristeu Bertelli da Silva (presidente), Clarice Pimentel Paulon (vice-presidenta), Mayara Aparecida Bonora Freire (primeira-secretária) e Ivani Francisco de Oliveira (segunda-secretária).

A realização do IX COREP, como parte do processo do IX Congresso Nacional da Psicologia (CNP) reafirma o compromisso com o aprofundamento da gestão democrática do Sistema Conselhos da Psicologia. Suas deliberações resultam nas diretrizes afirmadas pela categoria para a gestão do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) no próximo período, além de terem constituído o conjunto de propostas remetidas à etapa nacional, que deliberou, por meio do IX CNP, sobre as diretrizes a serem garantidas na próxima gestão do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Este caderno foi organizado pela Diretoria do CRP SP e Mesa Diretora do COREP de São Paulo. Sua versão digital está disponível no sítio do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (www.crsp.org.br).

EIXO 1: Organização democrática do Sistema Conselhos e aperfeiçoamento das estratégias de diálogo com a categoria e sociedade

Refere-se ao método, ao modo de gestão e de funcionamento interno do Sistema Conselhos de Psicologia e de sua relação com outras entidades, movimentos, com categoria e com a sociedade.

Neste eixo cabem propostas que enfatizam a relação do CFP e dos CRPs com outras organizações, com movimentos sociais e com a categoria. Envolve ainda questões administrativas e financeiras, como aquelas relacionadas à carteira profissional, aos métodos de transparência, à ética profissional, aos métodos de produção e resoluções, à gestão dos procedimentos éticos, entre outros.

EIXO 2: Contribuições éticas, políticas e técnicas ao processo democrático e de garantia de direitos

Refere-se às contribuições que a Psicologia deve oferecer, a partir de seus subsídios éticos, teóricos, para a garantia do Estado de direito.

Neste eixo cabem propostas que enfatizam os posicionamentos que a Psicologia assume perante a sociedade, como por exemplo: na defesa de políticas públicas e de direitos humanos.

Evidentemente essas posições ancoram-se nas referências da Psicologia, mas a ênfase desse eixo está na posição assumida e nas ações a serem tomadas pelos Conselhos para essa defesa. Por exemplo: a defesa da política de redução de danos tem como base a produção de técnica e científica da profissão. Neste eixo, a proposta deve se referir ao protagonismo e às ações necessárias para essa defesa.

Assim, o eixo envolve os posicionamentos assumidos politicamente, com base no referencial técnico, teórico e ético da profissão.

EIXO 3: Ampliação e qualificação do exercício profissional no Estado de garantia de direitos

Refere-se à ampliação da presença das/psicólogas/os nas políticas públicas e na sociedade de um modo geral, e à construção de referências para exercício profissional.

Neste eixo cabem propostas que enfatizam as necessidades para criar e qualificar referências para a profissão, buscando assim também a ampliação de sua presença na sociedade. Um exemplo muito claro são as propostas relativas à criação de referências pelo CREPOP, ou a produção de resoluções que busquem qualificar a prática profissional em certas áreas.

Retomando o exemplo do eixo anterior, sobre redução de danos, podemos dizer que esse terceiro eixo envolve a criação e qualificação de referências para a categoria em relação à sua atuação na política de redução de danos.

CRP	Quantidade de Eventos Preparatórios	Quantidade de Participantes	Quantidade de Pré-Congressos	Quantidade de Participantes nos Pré-Congressos	Total de Delegados (as) Eleitos (as) nos Pré-Congressos para o COREP	Total de Estudantes eleitos nos Pré-Congressos para o COREP
6	159	4.791 participantes em Eventos Preparatórios	32	1.126 em Pré-Congressos	259	26

Ao longo dos Eventos Preparatórios realizados no estado de São Paulo, foram elaboradas muitas propostas que chegaram a aproximadamente 2.500, após os Pré-congressos reduziram-se a 1.424, sendo 672 de âmbito regional e 752 de âmbito nacional. Após sua sistematização essas propostas foram distribuídas conforme o quadro abaixo:

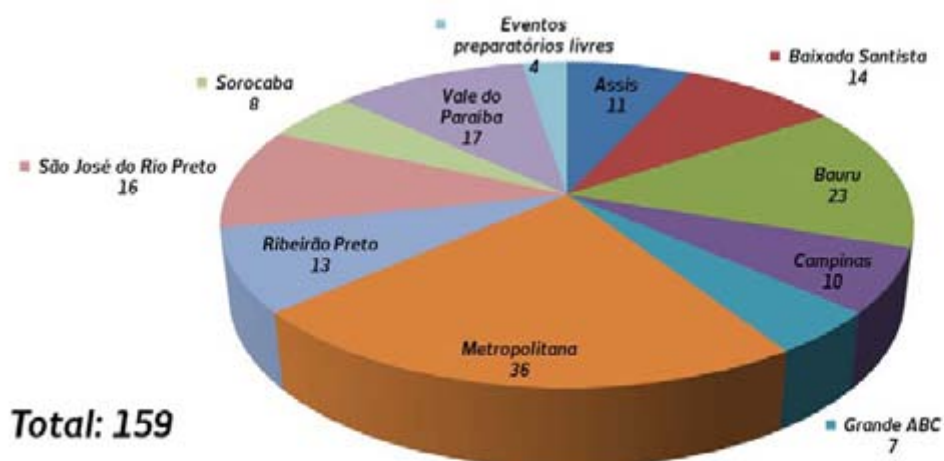
EIXO do IX CNP	QUANTIDADE DE PROPOSTAS NACIONAIS	QUANTIDADE DE PROPOSTAS REGIONAIS
I. Democratização do Sistema Conselhos e Ampliação das formas de interação com a categoria.	108	76
II. Contribuições éticas, políticas e técnicas nos processos de trabalho.	151	72
III. Ampliação da Participação da Psicologia e sociedade nas Políticas Públicas.	190	97

O IX COREP SP elegeu 26 delegadas (os) de São Paulo para o IX CNP, sendo eleita também pelos próprios estudantes presentes no COREP 01 (uma) estudante.

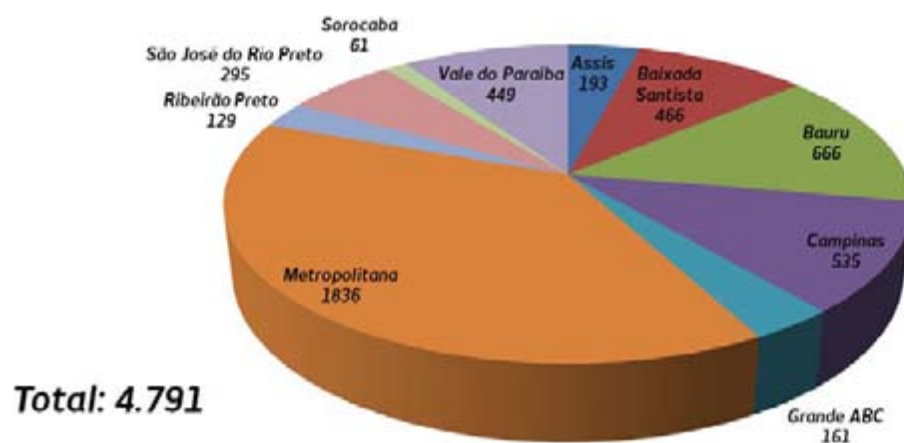
Propostas regionais aprovadas IX COREP SP	
Propostas por Eixo	Quantidade
Eixo 1	20
Eixo 2	51
Eixo 3	61
Total de propostas regionais aprovadas pelo IX COREP SP	132

RESULTADOS DOS EVENTOS PREPARATÓRIOS E DOS PRÉ-CONGRESSOS PARA O IX COREP.

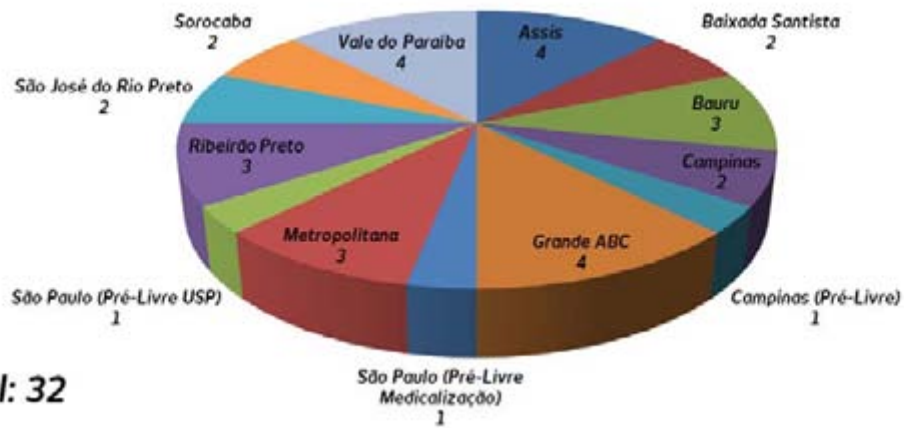
EVENTOS PREPARATÓRIOS REALIZADOS



NÚMERO DE PARTICIPANTES NOS EVENTOS PREPARATÓRIOS

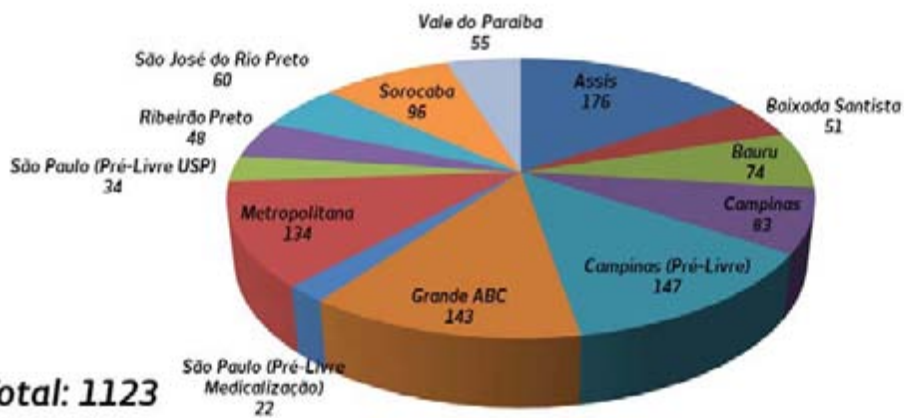


PRÉ-CONGRESSOS REALIZADOS



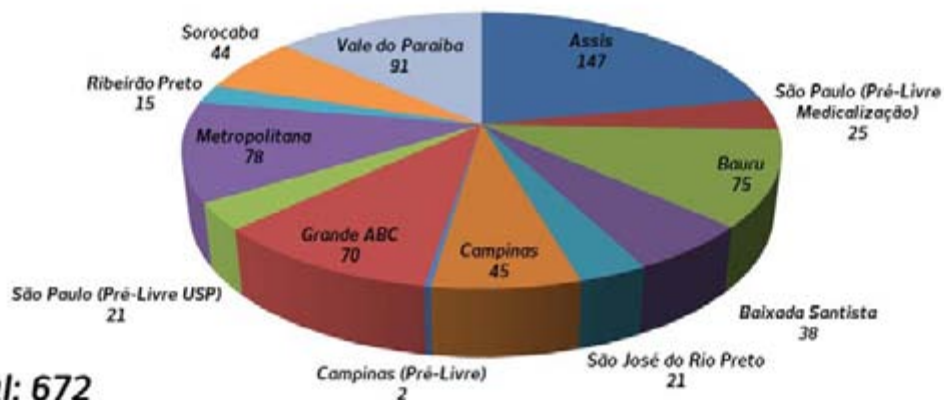
Total: 32

NÚMERO DE PARTICIPANTES NOS PRÉ-CONGRESSOS (INCLUI ESTUDANTES)



Total: 1123

NÚMERO DE PROPOSTAS REGIONAIS APROVADAS NOS PRÉ-CONGRESSOS



Total: 672

EIXO I - Organização democrática do Sistema Conselhos e aperfeiçoamento das estratégias de diálogo com a categoria e sociedade



1.1 Referências Técnicas / CREPOP

Garantir, por meio do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), garanta a continuidade da criação e da divulgação de referências técnicas, de orientações e de diretrizes para a psicologia e que estas sejam construídas com a participação direta da categoria, de suas entidades e dos usuários, avançando nos processos de regionalização e interiorização e na aproximação em relação aos espaços cotidianos de trabalho das/os psicólogas/os, às diversas epistemologias e saberes, incluindo as não hegemônicas.

1.2 Políticas Públicas

Realizar ações em parceria com outros conselhos profissionais visando o estabelecimento de projetos conjuntos e ações integradas junto às diversas políticas públicas e comunicação aos usuários, divulgando o papel dos Conselhos Profissionais como agente de defesa de direitos.

Manter e ampliar as discussões nos diversos espaços de controle social a fim de fazer cumprir a NOB/RH SUAS e garantindo a ampliação da discussão e da inserção da/o psicóloga/o nas demais políticas públicas, tais como: Educação, Saúde e considerando os temas de raça, gênero e etnia.

1.3 Comunicação

Manter e ampliar formas de comunicação popular junto a usuários, trabalhadores, movimentos sociais e outras formas de organização social, assim como promover campanhas nas mídias, de elucidação para a população em geral sobre as múltiplas possibilidades de atuação da psicologia, seu papel e o trabalho profissional em políticas públicas, as diretrizes das políticas públicas e os direitos das pessoas usuárias, garantindo a disponibilidade de comunicação acessível.

Fomentar e discutir estratégias para o acesso e visibilidade às cartilhas, documentos, resoluções e outras publicações produzidas pelo CRP SP, levando em conta documentos escritos e a expansão da publicidade em redes sociais.

Aprimorar os canais de comunicação entre o CRP SP, as/os psicólogas/os, estudantes de psicologia, usuários e outros profissionais, de forma que todas as suas ações, produções e projetos envolvam a população usuária do serviço psicológico, principalmente aquela em situação de vulnerabilidade, sendo disponibilizadas de forma ampla e gratuita, garantindo continuidade e maior visibilidade ao CEDOC (Centro de Documentação), aos cadernos temáticos, ao Programa Diversidade, às cartilhas populares, entre outros.

1.4 Ética, Orientação e Fiscalização

Promover ações que assegurem o enfrentamento à lógica judicializante e transformem os paradigmas éticos em seus dispositivos legais e procedimentais das comissões de orientação e fiscalização e de ética, afirmando os métodos alternativos de resolução de conflitos nos trâmites dos processos éticos e nas práticas de orientação e fiscalização da prática profissional da psicologia; construir estratégias para o acesso à Comissão de Ética enquanto acesso à justiça de usuários dos serviços de psicologia em situação de vulnerabilidade social, tais como pessoas institucionalizadas, em situação de pobreza, baixa escolaridade, saúde mental fragilizada, vítima de violência étnico-racial, de gênero, geracional, por orientação sexual e deficiência.

Ampliar as ações de orientação e de fiscalização da atuação das/os psicólogas/os em instituições totais, com populações vulneráveis e/ou que prestam atendimento à população que faz uso abusivo de álcool e outras drogas, a exemplo de Comunidades Terapêuticas, independentemente da existência de denúncias.

1.5 Democratização do Sistema Conselhos

Garantir a continuidade, a ampliação e o aprimoramento do CRP SP enquanto espaço de debate da categoria sobre práticas profissionais a partir de diferentes temáticas e demandas sociais, promovendo a interlocução com outras profissões, com os usuários dos serviços e com as unidades públicas, objetivando o empoderamento e a equidade para a construção do saber psicológico e das práticas em psicologia e favorecendo a emergência de abordagens de cunho integral/transdisciplinar e laicas, em temas tais como: emergências e desastres, práticas integrativas e complementares, psicologia do esporte, psicologia clínica, sistema prisional, questões étnico-raciais, patologização, psicologia jurídica, psicologia do trânsito, questões de gênero e de diversidade sexual, saúde suplementar, políticas públicas, diversidade epistemológica, epistemologias não hegemônicas e saberes populares e tradicionais, laicidade e intolerância religiosa, atuação nas organizações (incluindo temáticas ligadas à saúde do trabalhador, como assédio moral, sexual, inclusão de pessoas com deficiência, racismo e questões de gênero).

Manter e ampliar os processos de descentralização, regionalização e interiorização das ações e eventos do CRP SP, de forma descentralizada nas subsedes e nas cidades de cada região, adotando também planejamentos sub-regionais de acordo com a realidade de cada local, visando aproximação com a categoria e discussões mais próximas do cotidiano dos serviços e do trabalho.

Desenvolver e ampliar as formas de participação, deliberação e de democracia participativa, por meio de estratégias como a ampliação do espaço de diálogo com os estudantes de psicologia, o incentivo à participação das/os psicólogas/os, divulgação de que as/os psicólogas/os podem ser colaboradoras/es para a efetivação da política do Sistema Conselhos, a realização de audiências públicas para prestação de contas e para debater resoluções e recomendações, a realização de debates descentralizados e regionalizados e a implantação de ouvidorias externas.

Mobilizar grupo local de profissionais para constituir Comissão Gestora e implementar Subsele da região de Guarulhos, Alto Tietê e Mairiporã.

Promover atualização do cadastro das/os psicólogas/os quanto ao quesito raça/cor, incorporado como quesito o recorte étnico-racial interseccionado com as questões de gênero, a fim de mapear de que modo se expressa o racismo estrutural e a reprodução de privilégios a partir da branquitude no exercício da psicologia e no cotidiano das/os psicólogas/os.

1.6 Acessibilidade

Adotar o conceito de desenho universal como princípio para seus procedimentos de atendimento e outras ações e tomar as medidas apropriadas para assegurar, em todas as suas instalações e atividades, o acesso às pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, às suas instalações físicas e às informações, incluindo meios e modos de comunicação acessíveis, com vistas à eliminação de barreiras físicas e atitudinais, adequando-se planejamento à Lei Brasileira da Inclusão (LBI).

1.7 História e Memória da Psicologia

Manter o projeto História e Memória da Psicologia.

1.8 Sistema Conselhos – Transparência

Manter em sua gestão a transparência e o amplo acesso e divulgação de informações referentes a seus planos de gestão, a informações orçamentárias, aos processos eleitorais, ao código de ética e suas atualizações, enquanto estratégia de fortalecimento da relação democrática com a categoria.

1.9 Justiça

Realizar uma mostra de práticas da psicologia em interface com a justiça, objetivando dar visibilidade às práticas importantes não divulgadas como trabalhos interventivos no TJ, DP, MP, locais de privação de liberdade e segurança pública.

1.10 BVS e BVS-Ulapsi

Garantir a sustentação e alimentação da BVS-Psi, como estratégia consolidada de acesso à informação e à produção científica em psicologia no Brasil, inclusive retomando o projeto BVS-Ulapsi, como parte do projeto de consolidação da produção e troca de conhecimento psicológico na América Latina.

1.11 Direitos Humanos

Garantir a articulação do CRP SP em prol da produção de informações sobre os Direitos Humanos, promovendo a produção de conhecimento, na lógica de observatórios de direitos, sobre o papel da psicologia diante das práticas de violação de direitos humanos, em parceria com movimentos entidades de defesa dos direitos.

1.12 Trânsito

Intensificar diálogo com o DETRAN sobre legislação da área da psicologia, estabelecendo relacionamento próximo e coerente entre a prática da atuação da/o psicóloga/o e as questões administrativas, em procedimentos como os de vistoria assinados pela/o psicóloga/o no processo de credenciamento, e promova ações para incentivar a realização de concurso público.

EIXO II - Contribuições éticas, políticas e técnicas ao processo democrático e de garantia de direitos.



2.1 Relações Étnico-Raciais

Contribuir para a garantia de direitos de comunidades indígenas quilombolas e populações tradicionais, podendo assim, aprofundar o compromisso da psicologia com questões relacionadas à raça, a etnia e da terra.

2.2 Psicologia Organizacional e do Trabalho

Ampliar o debate e publicização sobre as consequências do assédio moral sofrido pelos trabalhadores nas diversas instituições e organizações.

2.3 Direitos Humanos

Fortalecer o debate com a sociedade, os movimentos sociais, a categoria, instituições de ensino e estudantes sobre princípios éticos e de direitos humanos, posicionando-se no enfrentamento aos retrocessos de direitos.

Dar continuidade ao enfrentamento e combate ao racismo, à homofobia, transfobia e todas as outras formas de discriminação, a partir da sensibilização de conselheiras/as, gestoras/es, colaboradoras/es e trabalhadoras/es para revisão de suas práticas institucionais e da ampliação da participação do CRP SP nos movimentos sociais organizados referentes às pautas nacionais da profissão como luta antimanicomial, medicalização da educação e da sociedade, pessoas com deficiência, LGBT, direitos da criança e do adolescente, questões étnico-raciais, sistema de encarceramento, movimento nacional dos afetados por emergências e desastres, dentre outros.

2.4 Justiça

Ampliar o espaço de discussão entre a psicologia e o judiciário, sobretudo em relação ao tema Saúde Mental e temas relacionados a crianças e adolescentes, ressignificando conceitos na interface com a justiça, tais como "proteção", "produção de provas" e "testemunhas".

Aprofundar o debate com a sociedade, com a categoria, com outras profissões e com os magistrados sobre limites técnicos e éticos do exercício profissional da/o psicóloga/o judiciária/o (quesitos, mediação, escuta assistida, testemunha) e sobre alternativas ao projeto de depoimento sem dano ou escuta especial, em que a/o psicóloga/o é colocada/o como inquisidor/a, para que crianças e adolescentes que sofrem violência sexual não sejam revitimizadas com as avaliações que passam após sofrer violência sexual.

Apoiar a AASPTJ para trabalho contínuo junto à Escola Paulista de Magistratura com objetivo de informar os juízes que ingressem no judiciário e os antigos sobre as especificidades da profissão e provimentos que regulamentem nosso trabalho: procedimentos/assuntos referentes a demandas que vem do judiciário.

2.5 Saúde / Saúde Mental

Acompanhar, em parcerias com demais entidades ligadas ao Movimento da Luta Antimanicomial, o processo de desinstitucionalização em todo Estado de São Paulo, fazendo gestão com os movimentos sociais e serviços públicos e que possa auxiliar na visibilidade à população sobre os assuntos tratados no âmbito da Saúde Mental apoiando a criação de espaços públicos com atividades culturais e esportivas que abordem o tema, incentivando a troca de conhecimento num plano transdisciplinar e fortalecendo a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Fomentar a construção e publicação de dossiês sobre a situação manicomial existente nas diversas regiões do estado de São Paulo, contribuindo para uma discussão mais ampla acerca dos rumos possíveis da Saúde Mental, contra situações de exclusão e violação de direitos humanos nessas instituições e sobre Comunidades Terapêuticas, posicionando-se diante dos atuais desdobramentos nas políticas de saúde mental, reafirmando o que está postulado na Lei nº 10.216/01 e avançando na construção da rede de atenção psicossocial no Brasil, além de retomar e ampliar o debate sobre os hospitais de custódia, colocando em prática a Resolução do CNJ, que aponta o fechamento dos HCTPs e o tratamento da medida de segurança em meio aberto pelos princípios da Reforma Psiquiátrica.

Problematizar as diretrizes da atuação da Psicologia e retomar discussões antimanicomiais de políticas públicas de saúde mental e implantação da RAPS, de modo que os gestores, profissionais e usuários se apropriem do debate.

Incentivar a articulação e integração dos serviços-escolas às redes de atenção à saúde, bem como da assistência social e da educação, de modo a ampliar e qualificar a abrangência dos serviços de acordo com os princípios do SUS.

Fomentar discussões no serviço público, especificamente na Atenção Básica de Saúde, referente à atuação da/o psicóloga/o no território enquanto espaço terapêutico, do papel do matriciamento, incentivando a criação de novos modelos de atendimento psicológico no SUS fugindo do modelo médico, tradicional, oferecendo formas alternativas com o intuito de valorizar o conhecimento popular, esporte, lazer, cultura, ampliando a sua atuação.

Articular junto a instâncias de governo a garantia da efetivação das políticas de universalização e humanização no Sistema Único de Saúde.

2.6 Álcool e Outras Drogas

Aproximar-se dos movimentos sociais protagonizados por usuários de drogas apoiando suas ações e garantindo a sua participação efetiva na construção de políticas públicas, mantendo apoio e dialogando com a população sobre as Políticas Públicas de Redução de Danos.

Publicizar seu posicionamento favorável a práticas de redução de danos e cuidado de usuários de drogas lícitas e ilícitas, como uma afirmação de garantia de direitos das pessoas em situação de rua, em vulnerabilidade, principalmente a população pobre, negra e oriunda da periferia garantindo posição contra a criminalização da pobreza favorável ao antiproibicionismo e a regulamentação do uso, consumo, circulação e comércio das substâncias psicoativas ilícitas.

2.7 Emergências e Desastres

Promover aproximação e cooperação de suas gestões com os movimentos sociais dos afetados por emergências e desastres, na perspectiva do controle social e da participação popular na formulação de

políticas públicas e no planejamento das ações de proteção e defesa civil ao enfrentamento dessas situações, ampliando a atenção à pessoa em situação de rua, população indígena, comunidades tradicionais e quilombolas.

Fazer ações para buscar inserção de categorias sociais, como chacinas e massacres, na conceitualização de classificação de desastres provocados por ações ou omissões humanas no âmbito da Psicologia da gestão integral de riscos e desastres, em que as/os psicólogas/os e outros agentes devem atuar tanto na preservação da saúde mental das pessoas em situação de desastres quanto na garantia da proteção e da segurança.

Articular a aproximação das/os psicólogas/os que atuam com emergências e desastres no GT Defesa Civil do Consórcio Intermunicipal do Grande ABCDMRR, para formular questões para o Plano de Contingência Gestão Integral de Riscos e Desastres.

2.8 Deficiência

Pautar e publicizar o tema dos direitos das pessoas com deficiência e/ou diagnosticadas com doenças degenerativas e uma sociedade inclusiva com os Movimentos Sociais, Conselhos Profissionais, Ministério Público, entre outros, considerando a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), garantindo o protagonismo dessa população em todos os âmbitos das políticas públicas, inclusive no que se refere à defesa do exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, salientando a sua autonomia como sujeito social.

Desenvolver, em parceria com os movimentos sociais e entidades da área, ações que problematizem o tema do envelhecimento da pessoa com deficiência, objetivando dialogar com amplos setores da sociedade, a fim de dar visibilidade às demandas sociais dessa população.

Garantir que a política de inclusão social da pessoa com deficiência seja discutida nos vários âmbitos do CRP SP, promovendo ações junto à categoria, à sociedade e principalmente junto aos órgãos específicos da área da justiça e garantia de direitos, a fim de elucidar, discutir e promover os direitos da pessoa com deficiência em relação ao que diz a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) sobre autonomia x interdição jurídica e curatela, entre outros temas.

2.9 Formação

Divulgar a carta de serviços sobre estágios e serviços escolas e fomentar o debate sobre as ações formativas que envolvam instituições formadoras, órgãos gestores e órgãos de controle social, visando maior inserção no campo das políticas públicas.

2.10 Educação

Promover, em parceria com a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional - Abrapee debates juntos à categoria, à sociedade e a entidades, fóruns e associações do campo da educação, com o intuito de repensar o modelo de funcionamento escolar que temos hoje, se posicionando inclusive em relação à reorganização da educação no estado de São Paulo, almejando uma compreensão de aluno, de professor e de ensino que contemple as singularidades e, ao mesmo tempo, os processos coletivos e humanitários, se pautando por um modelo de Educação Inclusiva, democrática e cidadã, que respeite a diversidade e que crie condições para o protagonismo dos estudantes e de toda a comunidade no cotidiano escolar, em favor de uma educação comprometida com uma sociedade mais igualitária e democrática, sem abrir mão da elevação da avaliação dos padrões de conhecimento.

Acompanhar e promover em parceria com a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional - Abrapee, o Fórum Nacional de Educação e as instâncias representativas da Federação, Estados e Municípios, debates e posicionamentos frente às discussões e ações dos movimentos referentes à reorganização da educação no estado de São Paulo, bem como o acompanhamento dos Planos Estadual e Municipais de Educação, pautando-se por uma perspectiva inclusiva, democrática e cidadã, fomentando o protagonismo estudantil, em esforço conjunto com os profissionais de educação, visando enfrentar políticas de privatização e mercantilização da educação, combatendo a medicalização e outros processos reducionistas, visando a manutenção e intensificação da discussão de sexualidade e gênero e defendendo a presença da/o psicóloga/o na educação.

Empenhar esforços para a democratização dos Conselhos Municipais e Estadual de Educação, elaborar estratégias de monitoramento do Plano Estadual de Educação e promover debate junto às/os

psicólogas/os e movimentos sociais sobre a importância de uma educação crítica, que valorize as diversidades (gênero, classe, sexualidade, racial, entre outras), sob uma perspectiva social, comprometida com o Plano Político Pedagógico Participativo - PPP.

Articular a inserção de psicólogas/os nas Políticas Públicas de Educação e se posicionar nos Planos Municipais e Estadual, fazendo valer a educação como espaço democrático, dialógico, de ação transformadora, inserindo ao currículo espaços de compartilhamento de saberes e afetos.

2.11 Desigualdade e Democracia

Estabelecer espaços de diálogo com entidades de âmbito nacional, visando à defesa da reforma política, democrática e popular, atuando pela garantia da defesa da democracia; incentivando a criação de fóruns públicos dos trabalhadores e usuários para a atuação integrada para a formação da/o profissional de psicologia, aprimorando a atuação nas políticas públicas, provendo informações para outros profissionais sobre temas caros à psicologia, como no caso de questões relativas à infância.

Fortalecer e apoiar os espaços dialógicos, democráticos, deliberativos e operativos permanentes, conjuntamente com demais entidades da Psicologia brasileira, além de entidades de outras profissões, movimentos populares, organizações da sociedade civil e usuários dos serviços psicológicos, debatendo fenômenos sociais brasileiros, organizando estratégias coletivas de garantia, proteção e defesa de direitos sociais e humanos.

Aproximar dos movimentos sociais e estudantis e criar a partir dessas aproximações estratégias de enfrentamento sobre a desigualdade e violência relativas a gênero, sexualidade, raça, etnia, pessoas com deficiência e pessoas idosas no cotidiano.

Fortalecer e apoiar discussões coletivas com a sociedade, em diversos níveis de políticas públicas, de modo a defender e explicitar a política de redução de danos como amplo projeto de defesa de direitos, que não se limita à questão de álcool e outras drogas, mas que abrange a redução de danos produzidos pelas políticas segregatórias, da violência, do silenciamento e da vulnerabilização social e por políticas que incidem, principalmente, na parte da população pobre, negra e periférica.

2.12 Mundo do Trabalho

Fazer gestão em articulação com outras categorias e entidades profissionais, junto aos gestores públicos e incorporar nos processos de orientação e fiscalização a consideração da importância da adequação dos espaços físicos e condições de trabalho para a garantia das condições técnicas e éticas do trabalho de psicólogas/os e dos direitos das pessoas usuárias.

Investir em espaços de discussão sobre o mundo do trabalho e seus impactos no trabalhador, estabelecendo também parcerias com sindicatos para ampliar o debate sobre condições de trabalho, violência psicológica no trabalho, assédio moral e sexual e significação do adoecimento, jornada de trabalho e questões salariais, em diferentes campos de atuação profissional da Psicologia.

2.13 Laicidade e Religião

Manter-se firme na defesa da construção do Estado Laico e de Direito, enfrentando de forma assertiva qualquer proposta que se pautem em perspectivas dogmáticas, de intolerância religiosa, fundamentalistas ou reducionistas que procurem impor restrição à constituição livre e autônoma das subjetividades.

Promover atividades, divulgar para a categoria e para a sociedade o caráter laico do Estado, da ciência psicológica e do exercício profissional.

2.14 Criança e Adolescente

Manter em pauta na perspectiva da garantia de direitos, seus posicionamentos sobre as medidas socioeducativas, promovendo diálogo com a categoria e com gestores públicos com vistas à garantia de direitos e rompimento dos ciclos de violência relacionados ao cumprimento de medidas socioeducativas, e também ampliar os espaços de troca e debate com diferentes setores/profissionais e gestores que atuam com criança e adolescente, problematizando temáticas como medicalização, suicídio, violência e uso abusivo de álcool e drogas.

Promover e participar de um amplo debate que possa gerar procedimentos e instrumentos de ação para proteção de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência sexual e seus familiares, bem como desenvolver meios de prevenção contra este tipo de violência.

Estabelecer parcerias com as entidades da sociedade civil e movimentos sociais para elucidar a população sobre o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, em conformidade com a Lei nº 13.010/2014.

2.15 Medicalização

Promover discussões junto aos movimentos sociais sobre o tema da medicalização e da patologização, envolvendo profissionais da assistência social, da saúde, da educação, das ciências humanas, estudantes de psicologia e segmentos sociais afins, incluindo a divulgação de práticas psicológicas não medicalizantes.

Manter o compromisso com a Resolução 177/2015, do CONANDA, que dispõem sobre o direito de crianças e adolescentes de não serem submetidos à excessiva medicalização; à Recomendação Mercosul/XXVI RAADH/P nº 1/2015, de 6 de julho de 2015, que afirma a importância de garantir o direito de crianças e adolescentes a não serem excessivamente medicados e recomenda o estabelecimento de diretrizes e protocolos clínicos sobre o tema; às Recomendações do Ministério da Saúde para a adoção de práticas não medicalizantes, de 1 de outubro de 2015; e à Recomendação nº 19 do Conselho Nacional de Saúde, de 8 de outubro de 2015, que recomenda ao Ministério e Secretarias de Saúde a promoção de práticas não medicalizantes.

Elaborar, de forma descentralizada nas subsedes, pilares de apoio ao corpo pedagógico que forneçam informações e programas relacionados à medicalização.

2.16 Políticas Públicas

Ampliar a participação da Psicologia na área da construção civil e contribuir junto ao CAU – Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo na elaboração de políticas públicas, referências técnicas, educacionais que versem sobre inclusão social através de mobilidade urbana e dos projetos de urbanização.

Fomentar discussões sobre os critérios para criação de serviços municipais (CAPS AD, CAPS i, CAPS III, Centro POP, CRAS e CREAS) previstos nas políticas nacionais, levando em consideração as demandas específicas e não apenas a densidade populacional.

Contribuir ética, política e tecnicamente no processo de criação, implementação, avaliação e aprimoramento de políticas públicas, sobremaneira àquelas práticas de bases epistemológicas integrativas, bem como saberes tradicionais e populares e contra hegemônicos, com vistas a manter e ampliar o debate envolvendo a categoria e população para a reflexão e a produção de referências técnicas e normativas, sobre a atuação de profissionais da psicologia nos diversos campos e serviços das políticas públicas.

Atuar, apoiando, fomentando, mobilizando e organizando trabalhadoras/es e usuários de políticas públicas (saúde, assistência social, educação, sistema prisional, de justiça e segurança entre outras) por meio de fóruns e encontros, enquanto espaços de discussão e mobilização de psicólogas/os psicólogos/os e apoiando coletivos de atuação local e regional, além de incentivar a participação da categoria nos órgãos de controle social, consultas públicas, audiências e outros espaços do executivo e legislativo, reforçando a qualificação política, contribuindo ainda para que os direitos e diretrizes das políticas públicas sejam acessíveis e acessados pelas pessoas usuárias e pelas/os trabalhadoras/es.

Garantir o debate a respeito dos impactos das ocupações urbanas na subjetividade e formação da identidade das pessoas.

Intensificar e colaborar, em conjunto com a categoria, com o Sistema de Justiça, os órgãos gestores de saúde, assistência social e outras políticas sociais, bem como seus respectivos conselhos, em todas as instâncias de entes federados, para contribuir na efetivação da garantia de direitos das pessoas usuárias dos serviços, sem sobreposição, intrusão ou invasão de atribuições entre órgãos envolvidos nos casos em atendimento.

2.17 Sexualidade e Gênero

Estimular, fundamentando-se na Resolução CFP nº 01/1999, a inserção, permanência e ampla divulgação de discussões de gênero e orientação sexual com a categoria e a sociedade, a fim de contribuir para a desconstrução dos papéis sociais atribuídos ao gênero que promovem discriminação e violência, apoiando ações do movimento social LGBT para a defesa de direitos, ressaltando-se a união e o casamento civil, assim como a adoção de crianças e adolescentes por casais LGBT, com a finalidade de contribuir para a incorporação da pauta de gênero nas políticas públicas, com especial atenção aos Planos de Educação nos seus diferentes níveis, mantendo em pauta discussões sobre o enfrentamento de práticas psicológicas discriminatórias, patologizantes e normatizadoras.

Articular-se com as instituições e movimentos sociais das/os estudantes, das/os profissionais da psicologia e de outras áreas voltadas à questão da sexualidade e gênero, transexualidade, processo de transgenitalização, promovendo a discussão deste tema para sua visibilidade e inserção social desta população, respeitando a autonomia do sujeito ao próprio corpo e subjetividade.

Respalidar as demandas de políticas públicas para garantir direito, voz e representatividade das populações LGBTs e garantir debates dentro das universidades e espaços sociais, bem como no poder público.

Promover diálogo com a categoria, articulado com o movimento feminista e com o judiciário, sobre a situação legal e penal do aborto – continuando a se posicionar a favor da legalização do aborto e contrariamente à judicialização, criminalização e medicalização das mulheres – e sobre direitos sexuais e reprodutivos da mulher e às diversas formas de violações de direitos e violência contra a mulher, na perspectiva de contribuir para as políticas públicas e reafirmar seu compromisso com a superação de todas as formas de opressão de gênero e a necessidade de combater todas as expressões do machismo presentes na sociedade, inclusive enfatizando a violência obstétrica, a violência de Estado, violência institucional dos serviços de atendimento em que a categoria está inserida.

Atuar na defesa da manutenção ou inserção da abordagem das questões de gênero e sexualidade na educação, com a afirmação da importância do enfrentamento das diversas formas de desigualdade, preconceito e violência.

EIXO III - Ampliação e qualificação do exercício profissional no Estado de garantias de direitos



3.1 Construção de Referências Técnicas

Produzir matéria referências técnicas e cartilhas temáticas considerando os cuidados integrativos, que orientem a atuação da/o psicóloga/o nas diversas práticas da Psicologia tais como: do Sistema Único de Assistência Social, considerando a prática e realidade cotidiana; do processo transexualizador, em cuja composição para avaliação inclua a estratégia de atenção psicossocial; da educação básica, de modo a incorporar questões de inclusão dentro da diversidade da escola; da saúde que abranjam principalmente aspectos sobre a neuropsicologia e psiconeuroimunologia; do atendimento à população de imigrantes e refugiados; da Psicologia do Esporte e sua relação com a corporeidade em marcadores sociais; da área da psicologia organizacional e do trabalho, pautando a garantia de direito nas organizações; da pessoa com deficiência, a partir da Lei Brasileira de Inclusão, nos diferentes âmbitos e políticas; da Psicologia do Trânsito; das urgências, emergências e desastres no sentido de reforçar a atuação da Psicologia nessa área; da Laicidade, espiritualidade, religiosidade, conceito de vida e morte e suas implicações bioéticas; da atuação do profissional em relação à diversidade sexual, de gênero e étnica; da mediação de conflitos no âmbito jurídico; do matriciamento e educação permanente das equipes multiprofissionais e cuidado à população, para o desenvolvimento das boas práticas profissionais; do trabalho inter-trans-multidisciplinar; do sistema prisional, enfocando a população carcerária de gestantes, visando à garantia de direitos; e manter e atualizar as referências técnicas para a prática das/os psicólogas/os das questões relacionadas a álcool e outras drogas visando uma escuta qualificada, assim como em Varas de Infância e Juventude, tendo em vista as referências técnicas existentes para as Varas de Família.

Realizar, considerando a necessidade de ampliação e qualificação do exercício profissional, as ações do CREPOP, potencializando o debate, a reflexão e a produção de referências e diretrizes em áreas consolidadas no campo das políticas públicas, concluindo as pesquisas já iniciadas, atualizando as referências produzidas em função de novos marcos legais, jurídicos e institucionais, e considerando a necessidade de produção de referências em novas áreas em decorrência da ampliação dos espaços de inserção da Psicologia nas políticas públicas, contemplando as diversas áreas e temas transversais associados, sendo priorizadas áreas em função das urgências relativas a garantia de direitos.

Republicar as cartilhas populares já existentes e produzir novas cartilhas sobre gênero e sexualidade, sobre os diversos âmbitos de acesso à justiça, sobre adolescentes em conflito com a lei, sobre pessoas em situação de acolhimento institucional e pessoas com deficiência.

3.2 Mundo do Trabalho

Atuar, em parceria e fazer gestão junto ao Sindicato dos Psicólogos e outras entidades sindicais para contribuir com o avanço das lutas da categoria pela melhoria e garantir as condições dignas de trabalho, ampliar o acesso e elencar quais são as condições e relações de trabalho necessárias e de garantia de qualidade de acordo com os preceitos éticos da profissão, promovendo discussões e pesquisas sobre o quanto as condições de trabalho interferem na qualidade ética e técnica do trabalho da/o psicóloga/o e na garantia de direitos.

Realizar gestão junto aos Conselhos de Assistência Social, e ao Ministério Público para garantir a presença de psicólogas/os psicólogos/os nas equipes de referência do SUAS conforme preconizado em sua Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH/SUAS).

Promover discussões com a categoria sobre os aspectos relacionados às condições de trabalho e encaminhar documentos espaços de trabalho público e privado em contextos de atuação da Psicologia, a fim de garantir condições de trabalho e isonomia de direitos em equipes multidisciplinares.

Estabelecer diálogo com o DETRAN sobre as novas regras para o credenciamento de novos profissionais em função da divisão equitativa e o número de exames realizados por psicólogas/os.

Fazer ações em relação à atuação da Psicologia na Saúde Suplementar para: (a) acompanhar e fiscalizar a atuação em aos convênios médicos que oferecem atendimento psicológico, sob a perspectiva de garantia de atendimentos contínuos e ininterruptos; (b) reunir profissionais que atuam nessa área para observar condições de trabalho e as principais dificuldades de atuação, honorários, números de sessões e montar um plano de ação com base em tais dados, finalizando com um projeto para a ANS; (c) promover encontros com os profissionais que atuem nessa área, bem como com os donos de clínicas e operadoras de saúde, buscando reconhecimento e melhores condições de atuação.

3.3 Regulamentação

Criar uma resolução de orientação sobre atendimento às pessoas surdas com uso de LIBRAS.

Promover a discussão e criar resolução sobre a Psicologia Organizacional e do Trabalho, para garantir uma atuação de qualidade, humanizada e contextualizada socialmente.

Promover amplo debate com a categoria sobre a revisão da Resolução de atendimento online (CFP 011/2012), considerando o limite de atendimentos, o seu caráter experimental, sua aplicação em diversas áreas da Psicologia, e as novas tecnologias e dispositivos de comunicação digital.

3.4 Orientação

Criar espaços de discussão multiprofissional sobre garantia de direitos e respeito aos usuários de drogas, no âmbito das políticas públicas.

Disseminar as referências técnicas produzidas por meio do CREPOP, assim como outras publicações e materiais produzidos, junto à psicólogas/os, estudantes de psicologia e gestores públicos, mantendo atualizada e ampliada a organização da documentação técnica da categoria, por meio virtual ou impresso, e realizar oficinas inclusive dentro dos locais de trabalho, a fim de refletir sobre referências técnicas e éticas na atuação profissional.

Manter debates e ações sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sobre a atuação das/os profissionais da Psicologia nesses espaços, considerando aspectos de vulnerabilidade social.

Manter incentivo aos debates, grupos de trabalho e eventos sobre a compreensão ampliada da Psicologia Clínica e sua inter-relação com as políticas públicas.

Ampliar a divulgação pública das resoluções e posicionamentos do Sistema Conselhos e apoiar a criação de espaços públicos com atividades culturais que trabalhem na perspectiva da promoção da saúde mental.

Organizar documentação técnica com comunicados, portarias e resoluções/publicações de trânsito no sentido de manter atualizadas as informações, na forma, por exemplo, de fichário com atualizações anuais.

Promover debates e maior divulgação da Resolução 018/2002 que estabelece normas de atuação para as/os psicólogas/os em relação ao preconceito e à discriminação racial.

Incorporar, em articulação com os movimentos sociais, elementos fundamentais da "Agenda Década Afrodescendente (ONU)", de modo a qualificar o exercício da Psicologia visando o enfrentamento ao racismo e expansão das ações afirmativas e priorizar e o enfrentamento da violência estrutural de Estado, Racismo e Genocídio da população negra e encarceramento em instituições totais, como mote integrador e prioritário das ações da Comissão de Direitos Humanos.

Promover debates a fim de garantir que, nas relações com os Povos Indígenas, a/o psicóloga/o: reconheça a cidadania e o protagonismo indígena; apoie as lutas pelos direitos humanos e direitos constitucionais desses grupos étnicos; colabore com a implementação das políticas públicas existentes e com a elaboração de novas políticas nesta área; não se submeta e questione a lógica da patologização e medicalização que permeia as políticas públicas atuais de Saúde Mental Indígena; reconheça a intolerância religiosa como uma forma de etnocídio cultural.

Promover discussão sobre o papel da POT nas ações de reinserção da pessoa com transtorno mental no mundo do trabalho.

Promover, a partir de eventos em todo o estado, o debate sobre a Mobilidade Urbana e o direito à cidade.

Sensibilizar, (tendo em vista o princípio pético da laicidade do Estado e da Psicologia, de acordo com o 5º Art. da Constituição Federal, com enfoque nos Direitos Humanos) a categoria para expandir e dar continuidade ao debate da relação da Psicologia com a Religião, em suas diferentes manifestações e formas associativas – incluindo as minoritárias e com a Espiritualidade, definida como a busca do sentido da vida e o reconhecimento da dimensão integral do ser humano; assim como promover a interlocução com associações regionais de referência e com a presença de líderes de comunidades tradicionais, com os Saberes Tradicionais e Populares em sua diversidade e com as Epistemologias não hegemônicas, fomentando o diálogo entre o Sistema Conselhos, a ANPEPP, a ABEP e outras associações, para que esses temas sejam transversalizados no ensino, na pesquisa e na prática profissional, considerando as PICs, garantindo sua respeitabilidade, evitando discriminações e assim contribuindo para a construção de uma Psicologia mais aderente às demandas do povo brasileiro.

Articule-se com Conselhos e entidades das categorias profissionais reconhecidas no SUAS e órgãos de gestão da política de assistência social, visando ampliar o debate sobre as contribuições e práticas das/os psicólogas/os na política de assistência social, orientando quanto a sua inserção em equipe multiprofissional.

Atuar no campo da saúde complementar para: promover e publicizar discussões e orientações técnicas e éticas sobre a psicologia na saúde suplementar, intensificando o debate sobre as condições éticas, técnicas e políticas da/o psicóloga/o na saúde suplementar, visando à garantia de um atendimento de qualidade a todos, promover estratégias e articulações que colaborem para a autonomia das/os profissionais na área; orientar as instituições de saúde suplementar, desenvolvendo ações com responsáveis técnicos das clínicas de Psicologia, difundindo um modelo de atenção e cuidado integral, garantindo, protegendo e defendendo os direitos humanos.

Promover ações em parceria com a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), com a Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) e com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) com a finalidade de avançar a discussões na interface Psicologia e educação e melhor qualificar a prática da/o psicóloga/o no âmbito da educação, assim como fomentar debates sobre a prática profissional da/o psicóloga/o na educação, problematizando os modelos tradicionais de atuação e incentivando a participação da categoria profissional nos órgãos de controle social, defendendo e reconhecendo a potencialidade de uma práxis emancipatória, prevenindo o olhar individualizante e patologizante que levam à medicalização, afirmando um modelo de educação, em todos os seus níveis, democrático e inclusivo para todas e todos em sua singularidade, valorizando o trabalho coletivo, com aproximação e afetividade nos processos de trabalho,

visando à superação de dicotomias construídas historicamente no sistema educacional, como relação professor-aluno e escola-comunidade, promovendo a discussão da prática profissional enquanto práxis transformadora, política e ética, fazendo valer uma atitude profissional que valorize o trabalho coletivo, aproximação e afetividade e que vise à superação da lógica de trabalho dicotômica professor-aluno, a efetivação da educação inclusiva e a inclusão das temáticas de gênero e sexualidade na escola.

Garantir espaços de discussão permanente sobre a escuta psicológica em situações de violência para aprofundar a temática e construir práticas.

Atuar no campo da interface com a Justiça, para: promover e divulgar, junto à categoria e às universidades, temáticas e práticas sobre a Psicologia na interface com a justiça; garantir a continuidade da discussão sobre sexualidade e gênero, considerar as especificidades do registro no diálogo com o Tribunal de Justiça; criar um documento de orientação para as/os profissionais da Psicologia que atuam nas políticas públicas sobre as demandas advindas do Judiciário, publicizar para as instâncias judiciárias; promover debate sobre a interface do trabalho no Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Justiça; garantir o debate sobre a escuta psicológica de crianças e adolescentes em situação de violência e manter a nota técnica que proíbe a participação de psicólogo/a na escuta especial e fazer gestão junto ao Poder Judiciário e Conselho Nacional de Justiça para a garantia das condições éticas e técnicas do trabalho da/o psicólogo/a neste espaço.

Garantir espaços de articulação e discussão para atuação da Psicologia no campo da deficiência, promovendo o debate com a categoria, a sociedade e o Estado sobre a pluralidade de dispositivos teóricos e técnicos na oferta da atenção psicológica ou interdisciplinar a pessoas com deficiência, seus familiares e atendentes pessoais, viabilizando a inclusão nos diferentes âmbitos da sociedade e especialmente na escola.

Promover debate, por meio de reuniões, encontros, seminários, rodas de conversa e outras estratégias, com a categoria e com o meio científico-acadêmico, para qualificar o exercício profissional nos temas: saúde mental e direitos humanos, supervisão clínica, políticas públicas que exigem lidar com saberes tradicionais e populares (como políticas de atenção aos povos indígenas e afrodescendentes e a política de práticas integrativas e complementares, fundamentadas em outras racionalidades que não a científica e/ou em outras bases epistemológicas), desenvolvimento de uma psicologia cada vez mais aderente às necessidades do povo brasileiro e latino-americano, espiritualidade, religiosidade, conceito de vida e de morte e suas implicações bioéticas, saúde mental, suicídio, desinstitucionalização e medicalização da vida, ampliação do olhar para o indivíduo sem ferir seu direito de corporalidade e identidade e promovendo uma compreensão despatologizante e não relacionada ao diagnóstico psiquiátrico, uso abusivo e álcool e outras drogas, violência, questões da terra e envelhecimento.

Promover discussão e debate com a categoria sobre a elaboração de documentos escritos e questões éticas.

Estabelecer parcerias para ampliar o conhecimento e a discussão sobre PIC (Práticas Integrativas e Complementares), de forma a incluir a sociedade, a academia e as políticas públicas, no âmbito da gestão e assistência em saúde, visando a um escopo interdisciplinar.

Realizar a partir do reconhecimento da centralidade do racismo na sociedade brasileira, em conjunto com outras entidades, o mapeamento das/os psicólogas/os negras/os, garantir que a temática seja abordada de forma transversal em relação aos diversos campos de atuação e processos de trabalho da Psicologia e promover orientações e referências ao exercício profissional que estejam orientadas pelas prerrogativas da Resolução 18/02, a qual deve ser amplamente divulgada para a categoria, por meio de várias estratégias em parceria com a ABEP e outras instituições, acompanhar e incentivar a inclusão da temática racial na formação dos estudantes de Psicologia nas universidades públicas e privadas, de modo que se compreenda o racismo como desencadeador de sofrimento psíquico e que se contribua para o enfrentamento das situações de racismo e outras formas de exclusão; na entrega de Carteiras de Identidade Profissional (CIP), enfatizar o posicionamento ético e de enfrentamento ao racismo, entregar material impresso específico e falar sobre as resoluções do CFP que tratam da temática.

Promover a divulgação e o debate das práticas profissionais a partir dos processos de trabalho da Psicologia, retomando por meio desse recorte a realização dos anos temáticos, de forma a favorecer o diálogo entre diferentes áreas de atuação e de produzir referências a partir das necessidades e especificidades relativas aos processos de trabalho, tais como: Processos de Acolhimento; de Acompanhamento; de Avaliação; de Comunicação; Culturais; Educativos; Formativos; Formativos de Psicólogas/os; Grupais; de Mobilização Social; Organizativos; de Orientação e Aconselhamento; de Planejamento e Gestão Pública; Terapêuticos.

Qualificar a categoria para publicização de seus serviços oferecidos de maneira ética, evidenciando a contribuição para a sociedade.

Garantir junto à categoria um debate sobre a produção de Psicologia, como ciência e profissão, diante da realidade brasileira, considerando a questão social e suas expressões, as múltiplas determinações da produção de sofrimento psíquico e opressão, garantindo, fomentando, problematizando e debatendo a atuação profissional no campo da Psicologia Comunitária, Psicologia Popular, Psicologia da Libertação e Educação Popular, compartilhando práticas profissionais com movimentos populares e sociais, organizações e coletivos da sociedade civil, entre outras formas de atuação em que se tenha como horizonte a emancipação política e humana.

Fortalecer, valorizar e produzir referências técnicas para a atuação do/a psicólogo/a, com o incremento da formação profissional em geral e, especialmente, em novas áreas de atuação (tais como – mas não apenas – a Psicologia Jurídica, do Esporte) e áreas específicas que chegam a sofrer preconceitos dentro da própria categoria (por exemplo, a Psicologia Organizacional e a Psicologia do Trânsito), visando ao seu reconhecimento e sua devida inserção na educação, na saúde, na segurança pública (incluindo o sistema prisional), no judiciário e demais órgãos do Estado, bem como nas organizações de modo geral.

Promover encontros e debates visando à qualificação da atuação das/os psicólogas/os nas políticas públicas para a garantia de direito ao trabalho.

Promover ações para a qualificação profissional das/os responsáveis técnicos (RT) das Pessoas Jurídicas de Psicologia.

3.5 Ampliação dos espaços de inserção e atuação profissional

Estabelecer uma discussão sobre a existência de profissional da Psicologia na Delegacia de Defesa da Mulher.

Promover eventos visando a discussão e ampliação da área de conhecimento da Psicologia no trânsito para outras formas de atuação que não somente a psicometria, como na participação nos cursos de capacitação para motorista escolar e de transporte coletivo.

Promover espaços de discussão e fomento que intensifiquem a formação e inserção da/o profissional psicóloga/o dentro do contexto escolar, bem como construção e fortalecimento de políticas públicas da educação com compromisso social e comunitário, visando à ampliação da prática e a qualificação para o trabalho em rede, práticas democráticas e a garantia de direitos dos cidadãos.

Ampliar a participação da Psicologia na educação em relação à participação das identidades trans no âmbito escolar.

Articular junto ao poder público a inserção de psicólogas/os nas Políticas Públicas de Educação, incluindo suas equipes gestoras, reconhecendo a disputa de projetos de sociedade, a fim de formular políticas públicas educacionais que defendam uma educação igualitária e democrática, valorizando sua inserção no território, reafirmando a garantia dos Direitos Humanos e do ensino em direitos humanos (política, ética e cidadania), desde o ensino fundamental, em consonância com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, contemplando as diferentes dimensões da educação: epistemológica, ético-política, estética e subjetiva.

Garantir a participação da/o profissional da Psicologia que, através de conhecimento cientificamente fundamentado, pode contribuir para a definição da medida socioeducativa ou protetiva mais adequada às necessidades do adolescente ou, antes disso, se há ou não necessidade de aplicação de algum tipo de medida.

Promover amplo debate com o meio científico-acadêmico e a categoria profissional, acerca da expansão do campo da Psicologia e de suas práticas profissionais, considerando os princípios norteadores do SUS expressos na Política Nacional das Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) e na Política Nacional de Humanização (PNH) com destaque para a Clínica Ampliada, reconhecendo-se, dessa forma, a existência de uma diversidade epistemológica não hegemônica e a presença de Saberes Tradicionais e Populares nas práticas de saúde.

Estreitar os laços com o Ministério da Saúde, Secretarias Estadual e Municipais (regionalmente) para ampliar a oferta de tratamento psicoterapêutico, na Atenção Básica entendendo a real demanda existente e reprimida pelas instituições hoje existentes.

Articular-se com outros Conselhos e entidades para que a Psicologia esportiva seja fomentada e mais incorporada às práticas sociais, favorecendo o debate e inserção das/os psicólogas/os nas políticas públicas voltadas ao esporte e também nas organizações esportivas.

Estimular a participação das/os psicólogas/os em diferentes contextos na criação e adequação de políticas públicas, fortalecendo a atuação da/o profissional e sua inserção em políticas de educação, segurança pública, judiciário, e demais órgãos do Estado.

Ampliar o debate sobre as contribuições da psicologia na política de saúde do trabalhador e fazer gestão junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social para o reconhecimento da inserção de psicólogas/os nesta política.

3.6 Formação e Educação Permanente

Promover, em parceria com a ABEP, posicionamentos e ações que visem à discussão da qualificação e o enfrentamento das novas demandas na formação em Psicologia, assim como fomentar junto às IES discussões sobre a importância de o serviço-escola trabalhar com as políticas públicas e atender as necessidades da população brasileira.

Atuar para articulação e fortalecimento da ABEP, manter e ampliar ações junto a ABEP, ao MEC e as IES para qualificação da formação de psicólogas/os na atuação em políticas públicas, desenvolvendo ações de orientação junto às instituições formadoras de psicólogas/os.

Promover em conjunto com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), espaços de discussão sobre as diretrizes curriculares nacionais de Psicologia, revisão das grades curriculares e propostas pedagógicas, de forma a propiciar elementos para a reflexão e análise crítica acerca de temas como interseccionalidades de gênero, raça e classe social, inserção na área organizacional e do trabalho, Psicologia Escolar, atendimento a pessoas com deficiência e atuação em políticas públicas, enquanto campo de reconhecimento das necessidades sociais, sofrimento psicológico e exclusão social.

Articular, em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) debates e ações com as Instituições de Ensino Superior para garantir o compromisso com os direitos dos sujeitos pertencentes a segmentos sociais excluídos historicamente, com a diversidade epistemológica da psicologia e com uma formação para a atuação em políticas públicas, garantindo a discussão da psicologia frente as várias formas de violação de direitos.

Promover e participar, em conjunto com as entidades da Psicologia e as Instituições de Ensino Superior, de debates sobre o impacto da Lei Brasileira de Inclusão e da Convenção Internacional de Direitos das Pessoas com Deficiência sobre as práticas psicológicas e sobre a formação em Psicologia e fazer gestão junto à ABEP para ampliar a formação das/os psicólogas/os nas formas alternativas de comunicação, principalmente em Libras, para que sejam capacitados a atender pessoas com deficiência auditiva e com outras limitações da comunicação.

Aproximar-se dos coordenadores de cursos de Psicologia; ampliar e qualificar sua parceria com a ABEP, para: reflexão das diretrizes curriculares de formação na área, detectando carências nas grades curriculares/programas de ensino e fazendo sugestões ao MEC para incremento da formação profissional, respeitando o compromisso ético-político da Psicologia, especialmente para a discussão da garantia de direitos humanos e atuação em Políticas Públicas; aproximação de estudantes de Psicologia ao CRP SP, de modo a criar uma cultura de participação política a partir da atualização do conhecimento das mais diversas questões referentes ao exercício cotidiano da profissão (direitos, condições de trabalho, novos campos/contextos de atuação, entre outros).

Garantir a Educação Permanente no âmbito do SUAS com a construção de materiais qualificados por pesquisas, práticas e mapeamentos, contribuindo com especificidades territoriais.

Garantir presença nos espaços de produção de conhecimento acadêmico e científico, apoiando iniciativas de formação permanente e incentivo à pesquisa de psicólogas/os, que atuam em variadas temáticas, expandindo ações de educação continuada/permanente e diálogos que contribuam para a qualificação profissional nas diferentes áreas de atuação e processos de trabalho da psicologia.

Fortalecer, de forma sistemática, a aproximação juntos às entidades formadoras (universidades, clínicas escola, especializações), com objetivo de contribuir para a formação crítica e reflexiva e para a

qualificação do exercício profissional, assim como atuar na Regulamentação e Fiscalização dos eixos de pesquisa e extensão nos cursos de Psicologia de todas as IES, em parceria com ABEP e MEC.

Promover, em articulação com a ABEP, a incorporação do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos cursos de formação de Psicologia, como forma de garantia do atendimento psicológico à comunidade surda, de forma ética – sem intervenção do intérprete de libras – e qualificada – com apropriação dos fenômenos sociais e históricos que perpassam a comunidade surda.

Retomar as ações com a ABEP, posicionar e promover ações visando estimular, na graduação, o diálogo com as políticas públicas, buscando ampliação da formação em Psicologia Jurídica, Psicologia Escolar, inclusão do tema do suicídio como tema prioritário de saúde pública, a questão da Licenciatura, do ensino de Psicologia no Ensino Básico, bem como grades curriculares que contemplem a discussão étnico-racial, de gênero, de sexualidade, LGBTfobias, machismo, violência contra a mulher, de classes sociais, faixas etárias, laicidade, entre outras, visando inserir diretrizes curriculares, disciplinas que desenvolvam esse conhecimento, bem como favorecer a formação do profissional da/o psicóloga/o em todas as áreas da Psicologia, sendo que, além do debate teórico, é preciso favorecer a criação de oficinas de orientação profissional com os temas que ensejam os anseios das/os profissionais, possibilitando a reflexão e a autocrítica sobre o exercício profissional.

MOÇÕES APROVADAS PELO PLENÁRIO DO IX CONGRESSO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO.



1) CARTA DE SOLICITAÇÃO DE APOIO A DEMANDA DE UMA MAIOR REPRESENTATIVIDADE ESTUDANTIL

Neste ano temos pela primeira vez uma quantidade significativa de estudantes em relação aos COREP's anteriores, evidenciando uma maior participação de estudantes nas instâncias municipais de Pré-Congressos. No entanto, a informação e acesso dos estudantes nestes espaços políticos ainda é mínima referente ao número real de estudantes. O estado de São Paulo comporta o maior Conselho Regional de psicólogas/os do país (com aproximadamente 83 mil inscritos). Assim, cabe considerar a taxa populacional estadual de profissionais versus a quantidade de formandos anualmente. Contamos com 23 estudantes presentes, dos quais muitos mostraram-se ativos em discussões e participações em questões sociais. Consideramos injusto que tal mérito seja concedido apenas para um membro, uma vez que outros também se mostram articulados e comprometidos com os saberes da psicologia enquanto ciência e profissão. Partindo daí, estamos nos organizando para conseguir recursos para aumentar nossa representatividade na próxima etapa. Até o momento, conseguimos cinco passagens — ida e volta — até Brasília. A articulação continuará para garantirmos hospedagem e alimentação para estas/es companheiras/os, entretanto para assegurar a presença no evento precisamos que tais constem na lista de convidadas/os da comissão de organização nacional.

Solicitamos apoio da mesa diretora para um encaminhamento desta solicitação para a próxima instância responsável. São Paulo, 30 de abril de 2016.

Esta moção teve assinatura 48 pessoas¹.

2) MOÇÃO DE APOIO A DESCRIMINALIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DAS DROGAS.

Nós, abaixo assinados/os, delegadas/os do 9º COREP-SP, propomos uma MOÇÃO DE APOIO À DESCRIMINALIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DE TODAS AS DROGAS, levando-se em consideração os seguintes fatos: 1) A partir da prerrogativa das garantias individuais definidas pela Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso X, que dispõe que: "são invioláveis a intimidade e a vida privada", impedindo, assim, que o Estado viole elementos da vida privada e particular, o que, no que diz respeito ao uso de drogas, tem se desdobrado em criminalização e penalização de seus usuários a partir da aplicação da lei 11.343/2006, atual lei de drogas. 2) A lei 11.343/2006, ao criminalizar a conduta de usar, vender, transportar ou produzir alguma droga, incide em ação de tutela do bem jurídico da saúde pública e fere a autonomia da individualidade humana que não pode ser criminalizada, 3) Tendo em vista que a denominada "Guerra às Drogas" e seu modelo bélico de pretensa solução da questão, produz mais danos do que o próprio uso de qualquer tipo de droga, na medida em que se expressa na legitimação do extermínio e encarceramento em massa da juventude negra, pobre e periférica, inclusive incidindo vertiginosamente no encarceramento feminino.

Desta forma, viemos por meio desta, APOIAR A DESCRIMINALIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DE TODAS AS DROGAS, a partir de uma legislação que possibilite pesquisas científicas qualificadas e transparentes sobre a temática, seja no que diz respeito ao uso recreativo, medicinal ou religioso, bem como ações que elucidem a construção ética da autonomia das pessoas e grupos, reconhecendo o direito ao controle de seus corpos a fim de diminuir os riscos e os danos associados ao uso de drogas.

Esta moção teve assinatura de 84 pessoas².

3) MOÇÃO DE APOIO À DISCUSSÃO INTEGRADA DA TEMÁTICA LAICIDADE, RELIGIÃO, SABERES TRADICIONAIS E EPISTEMOLOGIAS NÃO-HEGEMÔNICAS.

Considerando o momento histórico atual, marcado por um avanço reacionário que ameaça a consolidação de inúmeras conquistas progressistas pautadas em diferentes políticas públicas, consideramos fundamental como forma de enfrentamento ao fundamentalismo religioso — principal ameaça no âmbito da produção autônoma de subjetividades — a realização de uma discussão integrada e transversal, tanto na academia, quanto no Sistema Conselhos de Psicologia pautada em quatro eixos, a saber: 1) Psicologia, laicidade e políticas públicas; 2) Psicologia, Religião e Direitos Humanos; 3) Psicologia na fronteira com os

¹ Encaminhada para o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e para os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs).

² Encaminhada para Câmara dos Deputados, Senado Federal, Conselho Nacional de Política sobre Drogas e Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas de São Paulo.

Saberes Tradicionais e Populares; 4) Psicologia e desenvolvimento de Epistemologias não-hegemônicas. Tal articulação facilita o diálogo e a construção de Psicologia aderente às necessidades do povo brasileiro e latino-americano, pois é pautada numa perspectiva dialógica, inter e transdisciplinar, que congrega diferentes segmentos acadêmicos, movimentos sociais e associativos, atuando como forma de redução de discriminações de diferentes naturezas, além de fomentar o protagonismo de ditas minorias tanto no âmbito social, quanto acadêmico.

Esta moção teve assinaturas de 59 pessoas³.

4) MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA O GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO JOVEM NEGRA, POBRE E PERIFÉRICA.

A delegação presente no 9º Congresso Regional de Psicologia do estado de São Paulo manifesta a importância da discussão acerca do tema das relações raciais, tendo em vista que as pesquisas do IPEA afirmam que entre 2004 e 2014 ocorreu um paulatino crescimento nas taxas de homicídios de jovens negros, o que significa um aumento de mais de 18%. Existe uma probabilidade maior de, aos 21 anos, um jovem ser vítima de homicídio e com relação à população de jovens pretos e pardos essa probabilidade é 147%. O racismo institucionalizado que impede a discussão para dentro da categoria e nesse sentido, faz-se necessária a continuidade de diálogos e discussões permanentes a respeito do genocídio da população jovem, negra, pobre e periférica junto a sociedade, movimentos sociais, sistema de justiça, sistema de segurança e sistema prisional, bem como o posicionamento do Conselho Federal e Regionais de Psicologia frente a cada nova situação de violência.

Essa moção teve assinatura de 32 pessoas⁴.

5) MOÇÃO DE REPÚDIO AO DEPUTADO JAIR BOLSONARO.

Nós abaixo assinados repudiamos que "Jair Bolsonaro", pelos seus posicionamentos declarados contra mulheres, homossexuais e apologia a ditadura, continue com seu mandato de deputado. Exigimos a cassação de seu mandato, pois acreditamos que sua postura contra direitos humanos não condiz com a conduta de um parlamentar.

São Paulo, 01 de maio de 2016.

Essa moção teve assinatura de 52 pessoas⁵.

6) MOÇÃO DE REPÚDIO AO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EDUARDO CUNHA.

Nós, abaixo assinados, repudiamos que Eduardo Cunha, comprovadamente envolvido com atos ilícitos e desvio de dinheiro público, continue na presidência da Câmara de Deputados. Exigimos a cassação de seu mandato! São Paulo, 01 de maio de 2016.

Essa moção teve assinatura de 52 pessoas⁶.

7) MOÇÃO DE REPÚDIO

O Congresso Regional de Psicologia, 9º CORE,P vem a público repudiar a instalação de salas de Depoimento Especial pelos Tribunais de Justiça às crianças vítimas de abuso e violência sexual sem ouvir os CONSELHOS FEDERAL E REGIONAIS DE PSICOLOGIA. Repudiamos também a adoção de entrevistas baseadas em Protocolos como NICHD e NCAC, os quais tem por objetivo verificar a credibilidade do relato da criança com objetivos de produção de prova para aumento da responsabilização dos agressores sexuais, contudo desprotegendo as crianças e adolescentes, transformando-as de vítimas em

³ Encaminhada para Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) e Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP).

⁴ Encaminhada para Conselho Federal de Psicologia (CFP) e para os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs).

⁵ Encaminhada para a Câmara dos Deputados.

⁶ Encaminhada para a Câmara dos Deputados.

testemunhas de crimes, subvertendo o direito da criança ser ouvida em processos que lhe dizem respeito em obrigação de depor. O CRP-SP tem se posicionado contrário a respeito desta metodologia e realizado eventos em parceria com entidades da Psicologia, entre estas, a Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça de São Paulo (AASPTJ-SP); bem como, a partir da Nota Técnica de orientação à categoria sobre a escuta de crianças e adolescentes (CRP-SP 12/2014), expõe as diferenças entre a escuta psicológica e a inquirição judicial. Analisa que "a inquirição se configura em um procedimento jurídico, composto de interrogatórios, os quais procuram reunir depoimentos para elucidar e provar possíveis fatos. A inquirição é, neste sentido, a busca pela verdade real e fática e se confirma como meio de provas para instruir lides, sendo esse o seu objetivo precípuo no processo judicial. A escuta, por sua vez, possui outro caráter, ela se caracteriza pela busca de sentidos, de significações diversas, caracteriza-se por prestar atenção, ouvir, perceber as subjetividades, ressignificá-las." Neste sentido, por não ser o lugar da/o psicóloga/o participar de procedimentos de inquirição (depoimento especial) o Congresso Regional de Psicologia 9º COREP vem a público repudiar estes procedimentos. Subscrevem a presente moção, as/os seguintes delegadas/os.

Essa moção teve a assinatura de 76 pessoas⁷.

8) MOÇÃO DE APOIO AO AUMENTO DA REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

NAS INSTÂNCIAS POLÍTICAS DO SISTEMAS CONSELHOS - (COREP E CNP).

Neste ano temos pela primeira vez uma quantidade significativa de estudantes em relação aos COREPs anteriores, evidenciando uma maior participação de estudantes nas instâncias municipais de Pré-Congressos. No entanto, a informação e acesso dos estudantes nestes espaços políticos, ainda é mínima referente ao número real de estudantes. O estado de São Paulo comporta o maior Conselho Regional de psicólogas/os do país (com aproximadamente 83 mil inscritos). Assim, cabe considerar a taxa populacional estadual de profissionais versus a quantidade de formandos anualmente. Dos 26 estudantes eleitos nos pré-coreps, somente 01 irá representar o estado de São Paulo no CNP. Num congresso onde a estimativa era de no máximo 800 delegadas/os e no mínimo 400, temos menos de 300 presentes. No que tange ao número de profissionais inscritos no CRP/SP e levando em consideração a importância desses espaços para a construção de uma Psicologia mais democrática, é imprescindível analisar a relação que as/os psicólogas/os têm com esses espaços e de que forma elas/es o potencializam, para que haja uma participação mais efetiva tanto delas/es quanto das/os estudantes nos Congressos proposto pelo Sistema Conselhos. Durante as etapas de Pré-Congresso foi observado um aumento significativo de estudante, mostrando o interesse destes, apesar da limitação e pouco incentivo da participação nestas etapas. Enquanto estudantes, temos muito a contribuir com a Psicologia, uma vez que estamos no processo de desenvolvimento dos nossos conhecimentos técnicos e teóricos, além do arejamento das ideias. Em especial, quando olhamos para o compromisso social das práticas psi: questões de gênero, étnico-raciais, LGBMQ1A, classes sociais, questões políticas, entre outras, as quais, apesar de não estarem presentes no contexto acadêmico, fazem parte das discussões na sociedade.

O COREP é um espaço de formação técnica e, principalmente, política. A fim de favorecer uma nova cultura de participação das/os profissionais nas instâncias políticas e tendo em vista o tema deste 9º COREP: "Psicologia no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária", é fundamental garantir a criticidade da futura geração de psicólogas/os.

Em virtude disso, e com foco num maior comprometimento das/os futuros profissionais, se faz necessária uma maior representatividade discente, pedimos sua assinatura se concordar com os termos dessa moção. São Paulo, 30 de abril de 2016.

Essa moção teve 47 assinaturas⁸.

9) MOÇÃO PELA IMEDIATA EXONERAÇÃO DE VALENCIUS WURCH DO CARGO DE COORDENADOR GERAL DE SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

O 9º COREP — Congresso Regional de Psicologia da 6ª Região, reunido em São Paulo, reafirma seu posicionamento favorável aos princípios da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial e aprova nesta data a presente moção pela imediata exoneração de Valencius Wurch do cargo de coordenador geral de

⁷ Encaminhada ao Tribunal de Justiça de São Paulo.

⁸ Encaminhada para Conselho Federal de Psicologia (CFP) e para os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs).

Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde, por considerar o seu histórico como contrário a esses princípios. São Paulo, 01 de maio de 2016.

Essa moção teve assinatura de 38 pessoas⁹.

10) MOÇÃO DE REPÚDIO ÀS AÇÕES DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE MOVIDAS PELA PREFEITURA DE SÃO PAULO CONTRA OS MORADORES DE RUA DOS VIADUTOS ALCÂNTARA MACHADO E BRESSER, NA RADIAL LESTE.

O 9º COREP — Congresso Regional de Psicologia, reunido na cidade de São Paulo, aprova nesta data, a presente Moção de Repúdio às Ações de Reintegração de Posse movidas pela Prefeitura de São Paulo contra os moradores de rua dos viadutos Alcântara Machado e Bresser, na Radial Leste. Através dos processos judiciais 1040941-88.2015.8.26.0053 e 1049763-66.2015.8.26.0053, a Prefeitura de São Paulo pede a reintegração de posse dos viadutos, e suas imediações, onde há décadas se aglutinam, e se organizam politicamente, moradores de rua, alegando riscos de incêndio pelo fato de existirem barracos de madeira e papelão e se realizarem fogueiras e se utilizarem velas. Todavia, a comunidade argumenta que se está apenas discriminando a pobreza, que não há barracos de papelão e que as fotos de fogueiras e velas utilizadas nos autos são muito antigas não correspondendo à realidade atual das comunidades, não havendo registros de incêndios causados nessas condições. Seria mera ação de higienismo. Ambos os processos já tem liminares deferidas em 1ª instância. A reintegração do Viaduto Bresser está marcada para o dia 15 de Maio próximo, com apoio da Polícia Militar e do Conselho Tutelar (para avaliar a separação dos filhos de seus pais). A Prefeitura não ofereceu alternativas de moradia viáveis para as comunidades, tendo oferecido apenas um auxílio-aluguel provisório de R\$400 para uma pequena parte que se enquadrou em seus critérios restritivos, além de ter fechado serviços de assistência a moradores de rua que funcionavam debaixo dos referidos viadutos. O 9º COREP repudia veemente os despejos, clamando pelo imediato e incondicional cancelamento das reintegrações de posse, para que se evite essa tragédia anunciada, que tende a produzir inclusive massacres na Radial Leste. São Paulo, 1 de maio de 2016.

Essa moção teve assinatura de 31 pessoas¹⁰.

11) MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA O GOLPE.

Nós abaixo assinados repudiamos qualquer tentativa de golpe (parlamentar, midiático, grupos organizados) contra a democracia que busquem retirar uma presidenta democraticamente eleita. São Paulo, 30 de abril de 2016.

Essa moção teve assinatura de 71 pessoas¹¹.

⁹ Encaminhada ao Ministério da Saúde.

¹⁰ Encaminhada para Prefeitura de São Paulo.

¹¹ Encaminhada para Câmara dos Deputados e Senado Federal.

DELEGADAS/OS ELEITAS/OS NOS PRÉ-CONGRESSOS

REGIÃO	DELEGADAS/OS ELEITAS/OS NOS PRÉ-CONGRESSOS	CRP 06		
SUBSEDE ASSIS	ASSIS 06/04/2016	Elisabeth Gelli Yazlle	818	
		Felipe Bravo Ferreira	116375	
		João Danilo Burlim	94225	
		Maria Cristina Gonçalves Pelegrini	126641	
		Nayara Fornazieri	112282	
		Tania Tanus Salvadori	105760	
	MARÍLIA (23/03/2016)	Ana Elidia Torres	109264	
		Caio Henrique Rangel Silva	125353	
		Ericka Daniela Gonzalez Santana	124322	
		Felipe Ferreira Pinto	124488	
		Pamela Tosta Soares	109609	
		Sérgio Caetano da Silva Junior	Estudante	
	OURINHOS (31/03/2016)	Fabiana de Andrade	59162	
		Mayara Aparecida Bonara Freire	120511	
		Thais Sanzovo Macedo	104280	
		Eduarda Rodrigues da Rosa	Estudante	
	PRESIDENTE PRUDENTE (17/03/2016)	Edna Akemi Akashi	124767	
		Davi Sereghetti da Silva	98947	
		Jussara Letícia de Lima Silva	161343	
		Juliana Paula de Oliveira	104786	
		Norma Cecília Bizari Cavichioli Franzini	73485	
		Melvim Kazuo de Paiva Eto	115066	
		Debora Ananias Guimarães	Estudante	
	SUBSEDE BAIXADA SANTISTA E VALE DA RIBEIRA	SANTOS (02/04/2016)	Ana Paula Hachich de Souza	74115
			Daniella Stazach de Araujo	47159
			Danielle Kepe de Souza Pinto	97922
			José Ricardo Portela	51825
			Lumena Celi Teixeira	24841
Marcia Cristina de Oliveira			42012	
Mary Ueta			64673	
Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso			4595	
Mitchel Oliveira da Silva			108152	
Camila Goes da Silva			Estudante	
REGISTRO (17/03/2016)		Fernanda Jardim de Melo	122040	
		Mariana Bevilaqua Dias	122822	
		Rodrigo Otávio Gomes Nicz	76786	
		Sandra Cristina Schardong	90794	
		Luiz Nazareno Cavalcanti Junior	Estudante	

SUBSEDE BAURU	BAURU (09/04/2016)	André Alexandre Adalgizo Padaveze	113156
		Caio César Portella dos Santos	108870
		Camila Domeniconi	113158
		Caroline Cusinato	112011
		Joise Desireé Pereira Casais	104941
		Juliana Peixoto Pizano	98765
		Karla Paulino Tonus	62854
		Charles José Roque	104199
		Deborah Mendes Araújo de Andrade	63029
		Andressa Laís Rocha	115004
		Sueli Terezinha Ferrero Martin	7428
		Carolina Câmara	Estudante
	ARAÇATUBA (02/04/2016)	Eliana Maria Simoncelli Lalucci	13635
		Elisa Zaneratto Rosa	58631
		Márcio Magalhães da Silva	99618
		Maria José Barroso Gomes	19462
		Maria Orlene Daré	3330
		Mauricio Marinho Iwai	123689
		Regiane Aparecida Piva	52183
		Paulo Ricardo Bernardo Lopes	Estudante
SUBSEDE CAMPINAS	CAMPINAS (19/03/2016)	Acacia Aparecida Angeli dos Santos	1514
		Daniel Brandão de Souza	53570
		Esequiel Laco Gonçalves	23717
		Fabian Javier Marín Rueda	84746
		Gustavo de Lima Bernardes Sales	87121
		Juliana dos Santos Corbett	68596
		Leonardo Duarte Bastos	94151
		Mayara da Silva Curcio	121248
		Marcelo Soares Vilhanueva	81425
		Maria do Carmo Lima Batista	30080
		Rafael Aiello Fernandes	99760
		Rita de Cássia Assunção	41621
		Rosemary Assis	14006
		Jaciara Cristina da Silva	Estudante
	CAMPINAS (Pré Congresso Livre 11/03/2016)	Jacqueline Meireles	124554
		Laura Casagrande Locon dos Santos	121095
		Mariana Feldmann	126367
		Mariana Lemos Maia Pereira	126360
		Raquel Sousa Lobo Guzzo	577
		Soraya Souza Gomes Teles Silva	127035

SUBSEDE CAMPINAS	PIRACICABA (10/03/2016)	Cinthia C. da Rosa Vilas Boas	104781
		Tatiana Gomes Espinha	73752
		Célia Zenaide da Silva	109332
		Carla F. Andrade	106306
		Cibele Sanches	68323
		Maria Izabel do Nascimento Marques	986
		Giselli de Fátima Assoni	72980
		Karina Gomes	Estudante
SUBSEDE GRANDE ABC	SÃO BERNARDO DO CAMPO (09/04/2016)	Ana Maria Capitanio	39343
		Andressa Destido dos Santos	129007
		Carolina de Almeida Agustinelli	81842
		Cléria Mariano da Silva	105745
		Gustavo Matias Zuim	77107
		Juliana Oliveira Cordeiro	131023
		Leonardo Milan	31748
		Lucas do Carmo Lima	99837
		Luciana Alves Veras	130979
		Teresa Cristina Batista de Sousa	131035
		Vanessa Bernardes	130974
		Wellington Oliveira Buosi	131006
		Guilherme Giuseppin	Estudante
		SUBSEDE GRANDE ABC	SANTO ANDRÉ (02/04/2016)
Ana Paula Roque	89855		
Beatriz Borges Brambilla	98368		
Camila Teodoro Godinho	98759		
Flávia Roberta Eugênio	113673		
Jacqueline Aymara Silvério Gnoatto	130961		
Reginaldo Branco da Silva	32951		
Bruno Zagato	Estudante		
SUBSEDE GRANDE ABC	SÃO CAETANO DO SUL (12/03/2016)	Andrea Maria de Oliveira Morena Melero	116519
		Antonio Carlos Freitas	40167
		Cecília Araújo Melo	95586
		Daniela Morales Carcavilla	104585
		Danielle Vieira de Aragão Bevilaqua	95478
		Guilherme Luz Frenerich	77938
		Marília Rangel Machado	125114
		Mario da Silva Roquette	113317
		Mauro Mathias Junior	80516
		Rafael Campos de Oliveira Dutra	90103
		Rodrigo Toledo	90143

SUBSEDE GRANDE ABC	MAJÁ (24/03/2016)	Bruno Logan Azevedo	112009		
		Ed Otsuka	73247		
		Ivani Francisco de Oliveira	121139		
		José Doniseti Pinto Dias	31382		
		Katia Holanda Bessa	95717		
		Marília Fernandez	000446-IS		
		Moacyr Miniussi Bertolino Neto	75024		
		Ricardo de Arruda Postigo	81785		
		Sandra Luzia Assis da Silva	120467		
		Simone Aparecida Ferreira	122500		
		Tania da Silva Novais	95358		
SUBSEDE RIBEIRÃO PRETO	SÃO CARLOS (05/04/2016)	Débora Cristina Fonseca	48757		
		Fernando Calzavara de Oliveira	67728		
		Paula Carisani Peppino	130076		
		Priscila Souza Cugler	81557		
		Gabriela Jheniffer Teixeira Silva	Estudante		
	RIBEIRÃO PRETO (09/04/2016)	Alessandra Alves Patrício	89220		
		Ariel Barato Gomyde	110958		
		Dario Henrique Teófilo Schezzi	69246		
		Francisco José Molinari	1187		
		Luciana Stoppa dos Santos	78466		
		Victor Cavallari Souza	109575		
		Claudia Manaia Moreira	84097		
		Julieta Seixas Moises	80912		
		Rosana Emilia Gaspar	19879		
		Fernanda Tavares de Moraes	Estudante		
		SUBSEDE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (05/04/2016)	Daniela Bianchi Pandim	83570
				Dulce Meri Totola Faustini	39495
				Fausto Martins Geantomasse	81623
				Ivete do Rosário Medeiros Paiola	25892
Kleber Chaves Pereira	77678				
Laerte Bustos Moreno	7132				
Laura Lucia dos Santos Leher	52411				
Loiane Letícia dos Santos	124485				
Luzia Emilia Sanchez Ayala Pitangui Calixto	70478				
Maria das Graças Mazarin de Araujo	13604				
Milene Isabel Ferraz	39421				

SUBSEDE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (05/04/2016)	Randolfo dos Santos Junior	75077	
		Renata Cristina Gonçalves de Sousa Zanusso	39335	
		Rodrigo Aguiar Moreira de Oliveira	90046	
		Rosana Maria Garcia	46485	
		Vanessa Gimenez Ferreira	95188	
		Francisco Regio R. Almeida	Estudante	
	VOTUPORANGA (31/03/2016)	Claudia Cristina Lofrano Souto	44926	
		Jacqueline Santos Silveira	98964	
		Joaquim Marciano Ribeiro Filho	98170	
		Juliana Pinto dos Santos	130695	
		Ueliton de Souza Gonçalves	130693	
		Daniela Fernanda Lopes	Estudante	
SUBSEDE VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE	TAUBATÉ (30/03/2016)	Guilherme Pimentel de Souza	87315	
		Jean Hamilton Menecucci	100298	
		Juliel Modesto de Araújo	98648	
		Nereida Marques da Silva	128855	
		Vinicius Cesca de Lima	99477	
		Wilson Flávio Lourenço Nogueira	53258	
		Francine Cristina Prolungati Oliveira Araujo	85703	
		Jaqueline da Silva Galvão Clementino	Estudante	
	CARAGUATATUBA (09/04/2016)	Divina de Fátima dos Santos	51556	
		Ellen Rocha de Oliveira	103249	
		Marília Capponi	81224	
		Vanessa Aparecida de Oliveira	Estudante	
	LORENA (23/03/2016)	Luiz Henrique de Sá Mendes Fonseca	73970	
		Tiago Vinicius Carneiro Marques	Estudante	
	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (02/04/2016)	Bruna Lavinias Jardim Falleiros	87314	
		Ideraldo Luiz Faria	91756	
		Lilian Martins da Silva	50050	
		Livia Gonsales Toledo	81872	
		Eduarda Franco dos Santos	Estudante	
	SUBSEDE SOROCABA	ITU (02/04/2016)	Carla Biancha Angelucci	57074
			Ivana do Carmo Souza	90362
			Juan Manuel Urbinati	18198
			Robinson Aparecido Canavezzi	Estudante
		SOROCABA (09/04/2016)	Danilo Gomes dos Santos	122896
Luiz Antonio Gurgel de Oliveira			27522	
Janise Cristiane Frees			125962	
Plautília Maria de Luca Inácio			28418	
Sérgio Augusto Garcia Junior			103795	
Vanessa de Fátima Ribeiro Duarte			107165	
Vinicius Saldanha Momberg			111818	

METROPOLITANA		Douglas William Oliveira Knop Vicentin	128298
		Maynara Regina de Quental	Estudante
	GUARULHOS (02/04/2016)	Alexandre de Brito Angelo	116089
		Clarice Pimentel Paulon	110289
		Graça Maria de Carvalho Camara	84485
		Joari Aparecido Soares de Carvalho	88775
		José Agnaldo Gomes	70858
		Jumara Silva Van de Velde	7616
		Luis Fernando de Oliveira Saraiva	81533
		Marcos Alves da Silva	87158
		Maria Iracilde Santana Oliveira	56299
		Mario Victor Senhorini Franco	109538
		Glauco Vinicius Bandeira (Estudante)	Estudante
		OSASCO (19/03/ 2016)	Alessandro de Oliveira Campos
	Magna Barboza Damasceno		66384
	METROPOLITANA SÃO PAULO (09/04/2016)	Adriana Eiko Matsumoto	66765
		Andrea Alves dos Santos Nicacio Caldas	45531
		Aristeu Bertelli da Silva	71152
		Bruno Simões Gonçalves	109975
		Carlos Bengio Neto	117690
		Eduardo Campos Almeida Neves	50447
		Eric Calderoni	67041
		Evelyn Sayeg	120482
		Fabio Souza Santos	70965
		Felipe Aureliano Martins	129954
		Fernanda Lou Sans Magano	41191
		Flávia Maria de Moura Reis	112038
		Francisca da Conceição	105532
		Gabriela Martins da Silva	122284
		Maria Cristina Barros Maciel	27071
Maria Erminia Celiberti		22871	
Maria Helena Machado		45811	
Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri		59560	
Maria Otacilia Lima Batistelli		8332	
Maria Tereza Campos		4005	
Monica Marques dos Santos		68930	
Rogério Giannini	53926		
Cristiane Bezerra do Nascimento	131527		
Gerson dos Santos	32199		
Péricles de Souza Macedo	Estudante		

METROPOLITANA	GUARULHOS (02/04/2016)	Dilgay Aparecida Franco	107946
		Elizabeth Maria Kuhnen	49883
		Ercilia Pereira Zilli	13432
		Fatima Regina Machado	127273
		Glauber Henrique Jacomini	126702
		Guilherme Rodrigues Raggi Pereira	125810
		Jussara Bispo Dantas do Nascimento	54791
		Luiz Eduardo Valiengo Berni	35863
		Marcia Carubbi	21668
		Maria Lucia de Freitas	64879
		Mauro Celso da Silva Lima	73982
		Silvia Altram Bernardo	36065
		Wellington Zangari	29934
	Patricia Egerland	33814	
	METROPOLITANA (Pré Livre 19/03/2016)	Alexandra Mari Ito	45913
		Ariadne Benetom de Campos	29317
		Maria Rozinetti Gonçalves	39077
		Marilene Proença Rebello de Souza	6133
		Marina Alvarenga	117889
Mônica Regina Garcia		127144	
Heloísa Moreira da Silva (Estudante)		Estudante	

DELEGADAS/OS PRESENTES NO IX COREP DE SÃO PAULO

LISTA DE DELEGADAS/OS PRESENTES NO IX COREP DE SÃO PAULO	
1	ACACIA APARECIDA ANGELI DOS SANTOS
2	ADRIANA EIKO MATSUMOTO
3	ALEXANDRA MARI ITO
4	ALESSANDRA ALVES PATRÍCIO
5	ALESSANDRO DE OLIVEIRA CAMPOS
6	ALEXANDRE DE BRITO ANGELO
7	ANA ELIDIA TORRES
8	ANA MARIA CAPITANIO
9	ANA PAULA HACHICH DE SOUSA
10	ANA PAULA ROQUE
11	ANDRÉ ALEXANDRE ADALGIZO PADOVEZE
12	ANDREA ALVES DOS SANTOS NICACIO CALDAS
13	ANDREA DA COSTA ROLIM
14	ANDREA MARIA DE OLIVEIRA MORENA MELERO
15	ANDRESSA DESTIDO DOS SANTOS
16	ANDRESSA LAÍS ROCHA
17	ANTONIO CARLOS FREITAS
18	ARIADNE BENETOM DE CAMPOS
19	ARIEL BARATO GOMYDE
20	ARISTEU BERTELLI DA SILVA
21	BEATRIZ BORGES BRAMBILLA
22	BRUNA LAVINAS JARDIM FALLEIROS
23	BRUNO LOGAN AZEVEDO
24	BRUNO SIMÕES GONÇALVES
25	CAIO CÉSAR PORTELLA DOS SANTOS
26	CAIO HENRIQUE RANGEL SILVA
27	CAMILA DOMENICONI
28	CAMILA TEODORO GODINHO
29	CARLA BIANCHA ANGELUCCI
30	CARLA F. ANDRADE
31	CARLOS BENGIO NETO
32	CAROLINA DE ALMEIDA AGUSTINELLI
33	CAROLINE CUSINATO
34	CECÍLIA ARAÚJO MELO
35	CÉLIA ZENAIDE DA SILVA
36	CHARLES JOSÉ ROQUE
37	CIBELE SANCHES
38	CINTHIA C DA ROSA VILAS BOAS
39	CLARICE PIMENTEL PAULON
40	CLAUDIA CRISTINA LOFRANO SOUTO
41	CLAUDIA MANAIA MOREIRA
42	CLÉRIA MARIANO DA SILVA
43	CRISTIANE BEZERRA DO NASCIMENTO (131527)
44	DANIEL BRANDÃO DE SOUZA
45	DANIELA BIANCHI PANDIM
46	DANIELA MORALES CARCAVILLA
47	DANIELLA STAZACK DE ARAUJO
48	DANIELLE KEPE DE SOUZA PINTO
49	DANIELLE VIEIRA DE ARAGÃO BEVILAQUA
50	DANILO GOMES DOS SANTOS
51	DARIO HENRIQUE TEÓFILO SCHEZZI
52	DAVI SEREGHETTI DA SILVA
53	DÉBORA CRISTINA FONSECA
54	DEBORAH MENDES ARAÚJO DE ANDRADE

55	DILGAY APARECIDA FRANCO
56	DIVINA DE FÁTIMA DOS SANTOS
57	DOUGLAS WILLIAM OLIVEIRA KNOP VICENTIM
58	DULCE MERI TOTOLA FAUSTINI
59	ED OTSUKA
60	EDNA AKEMI AKASHI
61	EDUARDO CAMPOS ALMEIDA NEVES
62	ELIANA MARIA SIMONCELLI LALUCCI
63	ELISA ZANERATTO ROSA
64	ELISABETH GELLI YAZLLE
65	ELIZABETH MARIA KUHNEN
66	ELLEN ROCHA DE OLIVEIRA
67	ERCILIA PEREIRA ZILLI
68	ERIC CALDERONI
69	ERICKA DANIELA GONZALEZ SANTANA
70	ESEQUIEL LACO GONÇALVES
71	EVELYN SAYEG
72	FABIAN JAVIER MARIN RUEDA
73	FABIANA DE ANDRADE
74	FABIO SOUZA SANTOS
75	FATIMA REGINA MACHADO
76	FAUSTO MARTINS GEANTOMASSE
77	FELIPE AURELIANO MARTINS
78	FELIPE BRAVO FERREIRA
79	FELIPE FERREIRA PINTO
80	FERNANDA JARDIM DE MELO
81	FERNANDA LOU SANS MAGANO
82	FERNANDO CALZAVARA DE OLIVEIRA
83	FLÁVIA MARIA DE MOURA REIS
84	FLÁVIA ROBERTA EUGÊNIO
85	FRANCINE CRISTINA PROLUNGATI OLIVEIRA ARAUJO
86	FRANCISCA DA CONCEIÇÃO
87	FRANCISCO JOSÉ MOLINARI
88	GABRIELA MARTINS SILVA
89	GERSON DOS SANTOS (32199)
90	GISELI DE FATIMA ASSONI
91	GLAUBER HENRIQUE JACOMINI
92	GRAÇA MARIA DE CARVALHO CAMARA
93	GUILHERME LUZ FENERICH
94	GUILHERME PIMENTEL DE SOUZA
95	GUILHERME RODRIGUES RAGGI PEREIRA
96	GUSTAVO DE LIMA BERNARDES SALES
97	GUSTAVO MATIAS ZUIM
98	IDERALDO LUIZ FARIA
99	IVANA DO CARMO SOUZA
100	IVANI FRANCISCO DE OLIVEIRA
101	IVETE DO ROSARIO MEDEIROS PAIOLA
102	JACQUELINE AYMARA SILVÉRIO GNOATTO
103	JACQUELINE MEIRELES
104	JACQUELINE SANTOS SILVEIRA
105	JANISE CRISTIANE FRESS
106	JEAN HAMILTON MENEUCUCCI
107	JOÃO DANILO BURLIM
108	JOAQUIM MARCIANO RIBEIRO FILHO
109	JOARI APARECIDO SOARES DE CARVALHO
110	JOISE DESIREÉ PEREIRA CASAIS
111	JOSÉ AGNALDO GOMES
112	JOSÉ DONISETI PINTO DIAS

113	JOSÉ RICARDO PORTELA
114	JUAN MANUEL URBINATI
115	JULIANA DOS SANTOS CORBETT
116	JULIANA OLIVEIRA CORDEIRO
117	JULIANA PAULA DE OLIVEIRA
118	JULIANA PEIXOTO PIZANO
119	JULIANA PINTO DOS SANTOS
120	JULIEL MODESTO DE ARAÚJO
121	JULIETA SEIXAS MOISES
122	JUMARA SILVIA VAN DE VELDE
123	JUSSARA BISPO DANTAS DO NASCIMENTO
124	JUSSARA LETICIA DE LIMA SILVA
125	KARLA PAULINO TONUS
126	KATIA HOLANDA BESSA
127	KLEBER CHAVES PEREIRA
128	LAERTE BUSTOS MORENO
129	LAURA CASAGRANDE LOCON DOS SANTOS
130	LAURA LUCIA DOS SANTOS LEHER
131	LEONARDO DUART BASTOS
132	LEONARDO MILAN
133	LILIHAN MARTINS DA SILVA
134	LÍVIA GONSALVES TOLEDO
135	LOIANE LETICIA DOS SANTOS
136	LUCAS DO CARMO LIMA
137	LUCIANA ALVES VERAS
138	LUCIANA STOPPA DOS SANTOS
139	LUÍS FERNANDO DE OLIVEIRA SARAIVA
140	LUIZ ANTONIO GURGEL DE OLIVEIRA
141	LUIZ EDUARDO VALIENGO BERNI
142	LUIZ HENRIQUE DE SÁ MENDES FONSECA
143	LUMENA CELI TEIXEIRA
144	LUZIA EMILIA SANCHEZ AYALA PITANGUI CALIXTO
145	MAGNA BARBOZA DAMASCENO
146	MARCELO SOARES VILHANUEVA
147	MARCIA CARUBBI
148	MARCIA CRISTINA DE OLIVEIRA
149	MÁRCIO MAGALHÃES DA SILVA
150	MARCOS ALVES DA SILVA
151	MARIA CRISTINA BARROS MACIEL PELLINI
152	MARIA CRISTINA GONÇALVES PELEGRINI
153	MARIA DAS GRAÇAS MAZARIN DE ARAUJO
154	MARIA DO CARMO LIMA BATISTA
155	MARIA ERMÍNIA CILIBERTI
156	MARIA HELENA MACHADO
157	MARIA IRACILDE SANTANA OLIVEIRA
158	MARIA IZABEL DO NASCIMENTO MARQUES
159	MARIA JOSÉ BARROSO GOMES
160	MARIA LUCIA DE FREITAS
161	MARIA MERCEDES WHITAKER KEHL BICUDO VIEIRA
162	MARIA ORLENE DARÉ
163	MARIA OTACILIA LIMA BATISTELLI
164	MARIA ROZINETI GONÇALVES
165	MARIA TEREZA CAMPOS
166	MARIANA BEVILAQUA DIAS
167	MARIANA FELDMANN
168	MARIANA LEMOS MAIA PEREIRA
169	MARILENE PROENÇA REBELLO DE SOUZA
170	MARÍLIA CAPPONI

171	MARILIA FERNANDEZ
172	MARÍLIA RANGEL MACHADO
173	MARINA ALVARENGA
174	MARIO DA SILVA ROQUETTE
175	MARIO VICTOR SENHORINI FRANCO
176	MARY UETA
177	MAURICIO MARINHO IWAI
178	MAURO CELSO DA SILVA LIMA
179	MAURO MATHIAS JUNIOR
180	MAYARA APARECIDA BONORA FREIRE
181	MAYARA DA SILVA CURCIO
182	MELVIM KAZUO DE PAIVA ETO
183	MILENE ISABEL FERRAZ
184	MIRNAMAR PINTO DA FONSECA PAGLIUSO
185	MITCHEL OLIVEIRA DA SILVA
186	MOACYR MINIUSI BERTOLINO NETO
187	MONICA MARQUES DOS SANTOS
188	MÔNICA REGINA GARCIA
189	NAYARA FORNAZIERI
190	NEREIDA MARQUES DA SILVA
191	NORMA CECÍLIA BIZARI CAVICHIOLI FRANZINI
192	PAMELA TOSTA SOARES
193	PATRÍCIA EGERLAND (33814)
194	PAULA CARISANI PEPPINO
195	PLAUTILIA MARIA DE LUCA INÁCIO
196	PRISCILA SOUZA CUGLER
197	RAFAEL AIELLO FERNANDES
198	RAFAEL CAMPOS DE OLIVEIRA DUTRA
199	RANDOLFO DOS SANTOS JUNIOR
200	RAQUEL SOUSA LOBO GUZZO
201	REGIANE APARECIDA PIVA
202	REGINALDO BRANCO DA SILVA
203	RENATA CRISTINA GONÇALVES DE SOUSA ZANUSSO
204	RICARDO DE ARRUDA POSTIGO
205	RITA DE CASSIA ASSUNÇÃO
206	RODRIGO AGUIAR MOREIRA DE OLIVEIRA
207	RODRIGO OTÁVIO GOMES NICZ
208	RODRIGO TOLEDO
209	ROGÉRIO GIANNINI
210	ROSANA EMILIA GASPAR
211	ROSANA MARIA GARCIA
212	ROSEMARY ASSIS
213	SANDRA CRISTINA SCHARDONG
214	SANDRA LUZIA ASSIS DA SILVA
215	SERGIO AUGUSTO GARCIA JUNIOR
216	SILVIA ALTRAM BERNARDO
217	SIMONE APARECIDA FERREIRA
218	SORAYA SOUZA GOMES TELES SILVA
219	SUELI TEREZINHA FERRERO MARTIN
220	TANIA DA SILVA NOVAIS
221	TANIA TANUS SALVADORI
222	TATIANA GOMES ESPINHA
223	TERESA CRISTINA BATISTA DE SOUSA
224	THAIS SANZOVO MACEDO
225	UELITON DE SOUZA GONÇALVES
226	VANESSA BERNARDES
227	VANESSA DE FÁTIMA RIBEIRO DUARTE
228	VANESSA GIMENEZ FERREIRA

229	VICTOR CAVALLARI SOUZA
230	VINICIUS CESCA DE LIMA
231	VINICIUS SALDANHA MOMBERG
232	WELLINGTON OLIVEIRA BUOSI
233	WELLINGTON ZANGARI
234	WILSON FLÁVIO LOURENÇO NOGUEIRA
LISTA DE ESTUDANTES PRESENTES NO IX COREP DE SÃO PAULO	
235	BRUNO ZAGATO
236	CAMILA GÓES DA SILVA
237	CAROLINA CÂMARA
238	DANIELA FERNANDA LOPES
239	DÉBORA ANANIAS GUIMARÃES
240	EDUARDA FRANCO DOS SANTOS
241	EDUARDO RODRIGUES DA ROSA
242	FERNANDA TAVARES DE MORAES
243	FRANCISO RÉGIO R. ALMEIDA
244	GABRIELA JHENIFFER TEIXEIRA SILVA
245	GLAUCO VINICIUS BANDEIRA
246	GUILHERME GIUSEPPIN
247	HELOÍSA MOREIRA DA SILVA
248	JACIARA CRISTINA DA SILVA
249	JAQUELINE DA SILVA GALVÃO CLEMENTINO
250	KARINA GOMES
251	LUIZ NAZARENO CAVALCANTI JUNIOR
252	MAYNARA REGINA DE QUENTAL
253	PAULO RICARDO BERNARDO LOPES
254	PÉRICLES DE SOUZA MACEDO
255	ROBINSON APARECIDO CANAVEZZI
256	SÉRGIO CAETANO DA SILVA JUNIOR
257	TIAGO VINICIUS CARNEIRO MARQUES
258	VANESSA APARECIDA DE OLIVEIRA

LISTA DE DELEGADAS/OS POR GRUPOS

EIXO 1 - A	
1	CAMILA TEODORO GODINHO (1º COORDENADOR)
2	NAYARA FORNAZIERI (2º COORDENADOR)
3	FELIPE FERREIRA PINTO(1º RELATOR)
4	FABIANA DE ANDRADE (2ª RELATORA)
5	ACACIA APARECIDA ANGELI DOS SANTOS
6	CECÍLIA ARAÚJO MELO
7	DÉBORA CRISTINA FONSECA
8	DOUGLAS WILLIAM OLIVEIRA KNOP VICENTIM
9	ELIANA MARIA SIMONCELLI LALUCCI
10	ESEQUIEL LACO GONÇALVES
11	FABIAN JAVIER MARIN RUEDA
12	GISELI DE FATIMA ASSONI
13	GUILHERME LUZ FENERICH
14	GUSTAVO DE LIMA BERNARDES SALES
15	IVANA DO CARMO SOUZA
16	JOAQUIM MARCIANO RIBEIRO FILHO
17	MARIA CRISTINA BARROS MACIEL PELLINI
18	MARIA ERMÍNIA CILIBERTI
19	MARIA IZABEL DO NASCIMENTO MARQUES
20	MARIA JOSÉ BARROSO GOMES
21	MARIA OTACILIA LIMA BATISTELLI
22	MARIANA LEMOS MAIA PEREIRA
23	RÉGIANE APARECIDA PIVA
24	RODRIGO AGUIAR MOREIRA DE OLIVEIRA
25	RODRIGO OTÁVIO GOMES NICZ
26	VINICIUS SALDANHA MOMBERG
EIXO 1 - B	
01	GUILHERME RODRIGUES RAGGI PEREIRA (1º COORDENADOR)
02	MAURO CELSO DA SILVA LIMA (2º COORDENADOR)
03	BRUNA LAVINAS JARDIM FALLEIROS (1ª RELATORA)
04	ALESSANDRA ALVES PATRÍCIO (2ª RELATORA)
05	CRISTIANE BEZERRA DO NASCIMENTO
06	DANIELLE VIEIRA DE ARAGÃO BEVILAQUA
07	DILGAY APARECIDA FRANCO
08	FRANCISCO JOSÉ MOLINARI
09	GUILHERME PIMENTEL DE SOUZA
10	JOSÉ AGNALDO GOMES
11	LUIZ ANTONIO GURGEL DE OLIVEIRA
12	MARIO DA SILVA ROQUETTE
13	MELVIM KAZUO DE PAIVA ETO
14	REGINALDO BRANCO DA SILVA
15	SILVIA ALTRAM BERNARDO
EIXO 1 - C	
01	RAFAEL CAMPOS DE OLIVEIRA DUTRA (1º COORDENADOR)
02	RAQUEL SOUZA LOBO GUZZO (2ª COORDENADORA)
03	CAROLINA A. AGUSTINELLI PRIMO (1ª RELATORA)
04	SORAYA SOUZA GOMES TELES SILVA
05	GISELI DE FÁTIMA CESSONI
06	JAQUELINE DA SILVA G. CLEMENTINO
07	JOARI APARECIDO SOARES DE CARVALHO
08	JULIANA DOS SANTOS CORBETT
09	LÍVIA GONSALES TOLEDO
10	LUIS FERNANDO DE OLIVEIRA SARAIVA
11	PAULO RICARDO BERNARDES LOPES

EIXO 2 – A	
1	EDUARDO CAMPOS ALMEIDA NEVES (1º COORDENADOR)
2	ROSANA EMÍLIA GASPAR (2ª COORDENADORA)
3	ALEXANDRA MARI ITO (1ª RELATORA)
4	FAUSTO MARTINS GEANTOMASSE (2º RELATOR)
5	ANA ELIDIA TORRES
6	ARIADNE BENETOM DE CAMPOS
7	ARISTEU BERTELLI DA SILVA
8	BRUNO LOGAN AZEVEDO
9	CAIO HENRIQUE RANGEL SILVA
10	CÉLIA ZENAIDE DA SILVA
11	CIBELE SANCHES
12	CLARICE PIMENTEL PAULON
13	DANIEL BRANDÃO DE SOUZA
14	DANIELA MORALES CARCAVILLA
15	DAVI SEREGHETTI DA SILVA
16	ERIC CALDERONI
17	ERICKA DANIELA GONZALEZ SANTANA
18	EVELYN SAYEG
19	FAUSTO MARTINS GEANTOMASSE
20	GRAÇA MARIA DE CARVALHO CAMARA
21	JACQUELINE MEIRELES
22	JULIANA PAULA DE OLIVEIRA
23	JUSSARA LETICIA DE LIMA SILVA
24	LAURA CASAGRANDE LOCON DOS SANTOS
25	LAURA LUCIA DOS SANTOS LEHER
26	MARCIA CRISTINA DE OLIVEIRA
27	MARIA CRISTINA GONÇALVES PELEGRINI
28	MARIA DAS GRAÇAS MAZARIN DE ARAUJO
29	MARIA ORLENE DARÉ
30	MARIANA FELDMANN
31	MARÍLIA CAPPONI
32	NORMA CECÍLIA BIZARI CAVICHIOLI FRANZINI
33	PAMELA TOSTA SOARES
34	RITA DE CASSIA ASSUNÇÃO
35	ROSEMARY ASSIS
EIXO 2 – B	
01	LUIZ EDUARDO VALIENGO BERNI (1º COORDENADOR)
02	GERSON DOS SANTOS (2º COORDENADOR)
03	LUCIANA STOPPA DOS SANTOS (1ª RELATORA)
04	JUSSARA BISPO DANTAS DO NASCIMENTO (2ª RELATORA)
05	ANDRÉ ALEXANDRE ADALGIZO PADOVEZE
06	ANDRESSA LAÍS ROCHA
07	BEATRIZ BORGES BRAMBILLA
08	CAMILA DOMENICONI
09	CHARLES JOSÉ ROQUE
10	CINTHIA C. DA ROSA VILAS BOAS
11	DEBORAH MENDES ARAÚJO DE ANDRADE
12	ED OTSUKA
13	ERCILIA PEREIRA ZILLI
14	FERNANDA LOU SANS MAGANO
15	JOSÉ RICARDO PORTELA
16	JULIANA PEIXOTO PIZANO
17	JUMARA SILVIA VAN DE VELDE
18	LUMENA CELI TEIXEIRA
19	LUZIA EMILIA SANCHEZ AYALA PITANGUI CALIXTO
20	MARCIA CARUBBI
21	MÁRCIO MAGALHÃES DA SILVA

22	MARCOS ALVES DA SILVA
23	MARIA DO CARMO LIMA BATISTA
24	MARIA IRACILDE SANTANA OLIVEIRA
25	MARIA LUCIA DE FREITAS
26	MARILENE PROENÇA REBELLO DE SOUZA
27	MARIO VICTOR SENHORINI FRANCO
28	MARY UETA
29	PLAUTILIA MARIA DE LUCA INÁCIO
30	RAFAEL AIELLO FERNANDES
31	SUELI TEREZINHA FERRERO MARTIN
EIXO 2 – C	
01	ALEXANDRE DE BRITO ANGELO (1º COORDENADOR)
02	CARLA BIANCHA ANGELUCCI (2ª COORDENADORA)
03	LILIHAN MARTINS DA SILVA (1ª RELATORA)
04	MAGNA BARBOSA DAMASCENO (2ª RELATORA)
05	ALESSANDRO DE OLIVEIRA CAMPOS
06	CLÉRIA MARIANO DA SILVA
07	ELIZABETH MARIA KUHNEN
08	FLÁVIA ROBERTA EUGÊNIO
09	IVANI FRANCISCO DE OLIVEIRA
10	JACQUELINE AYMARA SILVÉRIO GNOATTO
11	JANISE CRISTIANE FRESS
12	JEAN HAMILTON MENEUCUCCI
13	JOISE DESIREÉ PEREIRA CASAIS
14	JUAN MANUEL URBINATI
15	KARLA PAULINO TONUS
16	LUCAS DO CARMO LIMA
17	LUCIANA ALVES VERAS
18	MAURO MATHIAS JUNIOR
19	MAYARA DA SILVA CURCIO
20	MITCHEL OLIVEIRA DA SILVA
21	PRISCILA SOUZA CUGLER
22	ROSANA EMÍLIA GASPAS
23	SANDRA LUZIA ASSIS DA SILVA
24	TATIANA GOMES ESPINHA
25	VICTOR CAVALLARI SOUZA
26	WELLINGTON OLIVEIRA BUOSI
27	WILSON FLÁVIO LOURENÇO NOGUEIRA
EIXO 3 – A	
01	FÁBIO SOUZA SANTOS (1º COORDENADOR)
02	LEONARDO MILAN (2º COORDENADOR)
03	GABRIELA MARTINS SILVA (1ª RELATORA)
04	FELIPE BRAVO FERREIRA (2º RELATOR)
05	ANDREA ALVES DOS SANTOS NICACIO CALDAS
06	ANDREA MARIA DE OLIVEIRA MORENA MELERO
07	ANDRESSA DESTIDO DOS SANTOS
08	ANTONIO CARLOS FREITAS
09	DANIELA BIANCHI PANDIM
10	DULCE MERI TOTOLA FAUSTINI
11	EDNA AKEMI AKASHI
12	ELISABETH GELLI YAZLLE
13	FERNANDA JARDIM DE MELO
14	FRANCISCA DA CONCEIÇÃO
15	IVETE DO ROSARIO MEDEIROS PAIOLA
16	JOÃO DANILO BURLIM
17	JULIANA PINTO DOS SANTOS
18	KLEBER CHAVES PEREIRA
19	LAERTE BUSTOS MORENO

20	LAURA LUCIA DOS SANTOS LEHER
21	LEONARDO DUART BASTOS
22	LOIANE LETICIA DOS SANTOS
23	MARIA ROZINETI GONÇALVES
24	MARIA TEREZA CAMPOS
25	MARIANA BEVILAQUA DIAS
26	MAYARA APARECIDA BONORA FREIRE
27	MILENE ISABEL FERRAZ
28	MONICA MARQUES DOS SANTOS
29	RANDOLFO DOS SANTOS JUNIOR
30	RENATA CRISTINA GONÇALVES DE SOUSA ZANUSSO
31	ROSANA MARIA GARCIA
32	SANDRA CRISTINA SCHARDONG
33	THAIS SANZOVO MACEDO
34	UELITON DE SOUZA GONÇALVES
35	VANESSA GIMENEZ FERREIRA
EIXO 3 - B	
01	RODRIGO TOLEDO (1º COORDENADOR)
02	ANA MARIA CAPITANIO (2ª COORDENADORA)
03	KATIA HOLANDA BESSA (1ª RELATORA)
04	ANA PAULA ROQUE (2ª RELATORA)
05	ANDREA DA COSTA ROLIM
06	ARIEL BARATO GOMYDE
07	CAIO CÉSAR PORTELLA DOS SANTOS
08	CARLA FERNANDES DE ANDRADE
09	CAROLINE CUSINATO
10	CLAUDIA CRISTINA LOFRANO SOUTO
11	CLAUDIA MANAIA MOREIRA
12	DANIELLA STAZACK ARAÚJO
13	DANIELLE KEPE DE SOUZA PINTO
14	DANILO GOMES DOS SANTOS
15	ELLEN ROCHA DE OLIVEIRA
16	FATIMA REGINA MACHADO
17	FRANCINE CRISTINA PROLUNGATI OLIVEIRA ARAUJO
18	GLAUBER HENRIQUE JACOMINI
19	JACQUELINE SANTOS SILVEIRA
20	JOSÉ DONISETI PINTO DIAS
21	JULIEL MODESTO DE ARAÚJO
22	JULIETA SEIXAS MOISES
23	MARIA HELENA MACHADO
24	MARIA MERCEDES WHITAKER KEHL BICUDO VIEIRA
25	MARÍLIA RANGEL MACHADO
26	MOACYR MINIUSI BERTOLINO NETO
27	NEREIDA MARQUES DA SILVA
28	PAULA CARISANI PEPPINO
29	RICARDO DE ARRUDA POSTIGO
30	ROGÉRIO GIANNINI
31	SIMONE APARECIDA FERREIRA
32	TANIA DA SILVA NOVAES
33	VANESSA BERNARDES
34	VANESSA DE FÁTIMA RIBEIRO DUARTE
EIXO 3 - C	
01	BEATRIZ BORGES BRAMBILA (1ª COORDENADORA)
02	FERNANDO CAIZAVARA DE OLIVEIRA (2º COORDENADOR)
03	DÁRIO TEÓFILO HENRIQUE SCHEZZI (1º RELATOR)
04	FLÁVIA MARIA DE MOURA REIS (2ª RELATORA)
05	BRUNO SIMÕES GONÇALVES
06	DIVINA DE FÁTIMA DOS SANTOS



07	ELISA ZANERATTO ROSA
08	GUSTAVO MATIAS ZUIM
09	JULIANA OLIVEIRA CORDEIRO
10	LUIZ HENRIQUE DE SÁ MENDES FONSECA
11	MARCELO SOARES VILHANUEVA
12	MARCIA CRISTINA DE OLIVEIRA
13	MARINA ALVARENGA
14	MONICA REGINA GARCIA
15	PATRÍCIA EGERLAND
16	TERESA CRISTINA B. SOUSA
17	VINICIUS CESCA DE LIMA

ENTIDADES CONVIDADAS PRESENTES NO IX COREP DE SÃO PAULO

CONVIDADAS/OS PRESENTES	
1	ASSOCIAÇÃO DA FRENTE PAULISTA DOS DIRIGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
2	REPRESENTANTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA REGIONAL DO 9º COREP SP (EDGAR RODRIGUES)
3	REPRESENTANTE DA ABRAPEE (FELIPE OLIVEIRA)
4	REPRESENTANTE DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE (CAMILA VERAS)
OUTRAS/OS PRESENTES	
1	REPRESENTANTE DA ASSESSORIA JURÍDICA DO CRP SP (RENATA PARADA REINA VILLARINHO E FÁBIO CESAR GUARIZI)
2	REPRESENTANTE DO GT PSICOLOGIA DO TRÂNSITO CRP (REGIANE RIBEIRO DE AQUINO SERRALHEIRO)

LISTA DE DELEGADAS/OS E ESTUDANTE ELEITAS/OS PARA O IX CNP

DELEGADAS/OS ELEITAS/OS PARA O IX CNP	
01	MARCOS ALVES DA SILVA
02	MARIA TERESA CAMPOS
03	EDUARDO CAMPOS DE ALMEIDA NEVES
04	JULIANA PEIXOTO PIZANO
05	CAMILA DOMENICONI
06	ARIADINE BENETOM DE CAMPOS
07	ARISTEU BERTELLI DA SILVA
08	CAMILA TEODORO GODINHO
09	CARLA BIANCHA ANGELUCCI
10	CLARICE PIMENTEL PAULON
11	MARIA CRISTINA BARROS MACIEL PELLINI
12	ED OTSUKA
13	FABIAN JAVIER MARIN RUEDA
14	FERNANDA LOU SANS MAGANO
15	GUILHERME RODRIGUES RAGGI PEREIRA
16	IVANI FRANCISCO DE OLIVEIRA
17	LUCIANA STOPPA DOS SANTOS
18	JUSSARA BISPO DANTAS DO NASCIMENTO
19	MAYARA APARECIDA BONORA FREIRE
20	MÔNICA MARQUES DOS SANTOS
21	RAFAEL CAMPOS DE OLIVEIRA DUTRA
22	ROGÉRIO GIANINNI
23	VINICIUS CESCA DE LIMA
24	VINICIUS SALDANHA MOMBERG
25	FRANCISCO JOSÉ MOLINARI
26	ESEQUIEL LACO GONÇALVES
ESTUDANTE	
01	EDUARDA RODRIGUES DA ROSA



Conselho Regional de **PSICOLOGIA** SP